

# Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem  
Armando Malheiro da Silva  
Artur César Isaia  
(Coordenação)



Luís Filipe Torgal

*Professor do Ensino Básico e Secundário e Mestre em História Económica e Social Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

## PORTUGAL/BRASIL, 1889-1910

### UMA VISÃO CRONOLÓGICA

#### Nota introdutória

A cronologia que se apresenta pretende invocar, relatar e contextualizar uma série de eventos — sobretudo de carácter político e religioso — das histórias do Brasil e de Portugal, que se sucederam entre 1889 e 1910.

Tais balizas cronológicas foram por nós definidas de forma a respeitar a estrutura desta obra luso-brasileira de *história comparada*, ou, pelo menos, de *história paralela*, que tem como temática nuclear os movimentos republicanos brasileiro e português. Por isso, as datas que marcam o início e o fim da nossa cronologia coincidem com dois acontecimentos emblemáticos e paradigmáticos do tema em análise: 1889 foi o ano em que eclodiu um golpe militar que depôs o imperador D. Pedro II e proclamou uma república federativa no Brasil; em 1910, ocorreu a revolução republicana que originou a queda da monarquia constitucional e do último rei, D. Manuel II, em Portugal.

Neste período de vinte e um anos, o Brasil assistiu à génese e difícil consolidação do seu regime da Primeira República (ou «República Velha») — 1889-1930. Durante esta fase embrionária da história da república neste país é porventura possível considerar a seguinte periodização política: os governos centralistas dos Marechais; a reconquista do poder pelas (novas)

oligarquias regionais sobretudo ligadas à produção e comercialização do café; e o início de um processo de ruptura que pretendeu uma regeneração e consequente democratização do regime (ou «a republicanização da República»)<sup>1</sup>.

Entretanto, em Portugal, emergia uma nova geração republicana — a «geração do *Ultimatum*» (de 1890) — disposta a romper com os tradicionais processos de combate legalista, ordeiro e convencional contra um regime monárquico agónico. Seria essa mesma geração, note-se, profundamente influenciada pelas experiências republicanas de França e, sobretudo, do Brasil, que se tornaria mentora e protagonista directa da implantação da república no país. É, portanto, mormente a partir de 1890/91, no âmbito da estruturação de uma nova conjuntura económico-social e cultural, que se deve compreender o nascimento e a organização do complexo processo político-ideológico que irá confluir na Primeira República portuguesa.

Ao mesmo tempo que os projectos republicanos, ambos inspirados numa eloquente assunção messiânica, se foram plasmando — no poder (no Brasil) ou na oposição (no caso português) —, por via do confronto dialéctico entre as doutrinas demoliberais, socialistas, positivistas/cienticistas, federalistas, laicistas e nacionalistas, mas, também, da acareação entre as correntes citadas e as ideologias mais conservadoras ou contra-revolucionárias (e depois «revolucionárias conservadoras»), ocorreram nos dois países aqui invocados, outros fenómenos complementares, também de natureza político-ideológica e religiosa, que merecem ser evidenciados. Referimo-nos, para citar porventura os fenómenos mais expressivos, aos conflitos entre os Estados (constitucionais) e a Igreja (Católica), às confrontações entre o clericalismo e o anticlericalismo, e às maturações dos movimentos socialistas.

---

<sup>1</sup> Cf. Francisco Iglésias, *Trajectória política do Brasil, 1500-1964*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 193-228.

Todos estes acontecimentos encontram-se retratados na nossa cronologia, por vezes até com relatos e enquadramentos assumidamente longos. Porém, poder-se-á argumentar que a selecção de eventos por nós efectuada deixa na sombra ou não desenvolve a preceito muitos outros factos dignos de relevância. Pensamos que essa é uma crítica previsível e incontornável que um trabalho desta natureza está destinado a acolher. Quanto a isso, desejamos apenas adiantar uma explicação: neste projecto, *a priori* condicionado por limitações de espaço, pretendemos escolher (e este acto supõe sempre um grande grau de subjectividade) uma sucessão não excessivamente exaustiva de eventos que na sua época contribuíram para a formação, no Brasil e em Portugal, de duas conjunturas políticas, culturais e mentais mais ou menos coerentes.

Importa, por fim, também esclarecer que o desiderato fundamental desta cronologia comentada será servir professores, estudantes e/ou outros cidadãos interessados no estudo ou conhecimento elementar dos movimentos republicanos brasileiro e português. Para cumprir este duplo propósito, de índole científica e didáctica, procurámos conciliar a clareza e objectividade da linguagem com o rigor historiográfico. Foi, de resto, essa preocupação com o rigor que determinou a necessidade de nos apoiarmos nas interpretações consubstanciadas nas obras de vários especialistas — oportunamente identificados — do estudo do republicanismo (ou de temáticas com ele relacionadas) no Brasil e em Portugal, bem como de por vezes optarmos mesmo por convocar para o corpo do nosso texto as apreciações expressas por esses autores.

1889

312

[15 de Novembro]

Golpe militar, onde praticamente não foram disparados tiros, que determinou a deposição do Imperador D. Pedro II (1825-1891), o consequente fim da estrutura política imperial e a proclamação da república no Brasil. O novo regime foi implantado por uma elite heterogénea constituída por militares positivistas (sobretudo jovens «científicos» oriundos da Escola Militar da Praia Vermelha) – que aspiravam a uma república centralista e tecnocrático-científica, entregue aos cuidados de sábios sociólogos –, por políticos civis progressistas – que advogavam uma república federal e (em alguns casos) demoliberal – e até por militares e civis ex-monárquicos e, portanto, recém-convertidos à República. Entre os seus líderes destacam-se as seguintes personalidades: o mais graduado oficial do exército – herói da guerra do Paraguai, ex-monárquico e amigo do Imperador –, marechal Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892), o tenente-coronel Benjamim Constant, o chefe de esquadra Eduardo Wandenkolk, os civis Aristides Lobo, Campos Salles, Rui Barbosa, Quintino Bacaiúva, Demétrio Ribeiro e Francisco Glicério. Os revoltosos beneficiaram do apoio das classes médias urbanas e das elites regionais, sobretudo do Oeste Paulista, ligadas ao negócio do café,

1889

[26 a 28 de Abril]

I Congresso Católico da Província eclesiástica de Braga, promovido pelo «católico constitucional», conde de Samodães, e presidido pelo bispo de Lamego, D. António da Trindade de Vasconcelos. Esta iniciativa foi organizada num ambiente marcado pelo avanço da secularização, a prática regalista dos governos liberais, a ofensiva do anticlericalismo liberal, republicano e socialista, mas também pelas cisões político-ideológicas (entre constitucionalistas e legitimistas) existentes no seio dos militantes católicos. Os participantes neste areópago advogaram o integralismo religioso e procuraram actuar nos terrenos privilegiados da assistência e do ensino em ordem a promover o renascimento e unificação do catolicismo, bem como a (re)cristianização da sociedade portuguesa. Assim, atacaram o protestantismo, aprovaram a promoção da catequese, propuseram o desenvolvimento das escolas católicas e a formação de uma editora destinada a difundir livros e folhetos religiosos. Solicitaram ainda ao cardeal e aos párocos a protecção das Conferências de S. Vicente de Paulo. Além disso, protestaram contra a supressão do poder temporal dos Papas.

as quais irão determinar a construção de um regime político marcado por uma renovada matriz oligárquica que excluiu as massas populares. As fontes e as interpretações divergem quando analisam a participação popular nos acontecimentos. Aristides Lobo afirmou que as massas populares terão assistido a tudo «bestializadas, atónitas e surpresas». Esta tese de apatia e alheamento cívico do povo do Rio de Janeiro perante a proclamação republicana foi na altura corroborada por outros observadores nacionais e estrangeiros, mas, entretanto, também rejeitada por alguma historiografia que, evocando certas revoltas populares que ocorreram durante a Primeira República, não deixou de associar o novo regime ao despertar e consequente irrupção do povo na política. O Governo Provisório – chefiado por Deodoro da Fonseca –, que tomou posse após o triunfo imediato da «revolução nacional» republicana, assumiu uma conduta moderada, ao manter as ligações e compromissos externos e preservar os órgãos e as funções da administração civil e militar. Porém, acabou com as principais instituições do sistema monárquico representativo: dissolveu as Câmaras, destituiu os governos provinciais e revogou o Conselho de Estado. Importa ainda destacar que o primeiro decreto do Governo Provisório – redigido por um dos mais prolíficos legisladores da Primeira República, Rui Barbosa (1849-1923) – instituiu

### [19 de Outubro]

Morte de D. Luís (1838-1889) e subida ao trono de D. Carlos (1863-1908). O novo rei distinguiu-se também como pintor naturalista e cientista ligado à oceanografia e ornitologia. O seu reinado coincidiu com o crepúsculo da monarquia, a qual será minada por uma sucessão de graves acontecimentos: o Ultimatum inglês e o consequente golpe republicano de 31 de Janeiro de 1891; a ditadura de João Franco – com o patrocínio do rei – e a questão dos adiantamentos à Casa Real, que irão desembocar na revolução republicana fracassada de 1908 e, depois, no trágico regicídio. O reinado de D. Carlos caracterizou-se, também, no plano da política externa, pela normalização das relações luso-brasileiras (depois de um grave incidente ocorrido em 1894, causado pelo facto de os navios da armada portuguesa terem concedido asilo a militares brasileiros intervinientes na Revolta da Armada que eclodiu naquele país em 1893) e luso-britânicas (após o Ultimatum inglês), assim como por um périplo diplomático do rei pela Espanha, França, Alemanha e Inglaterra que foi retribuído pelos chefes de Estado destes países. Destacou-se ainda por uma política de reforço da soberania nos territórios africanos, concretizada na «pacificação» de Moçambique (1894-95), numa viagem pelas colónias africanas (1907) e nas campanhas do Cuamato em Angola (1907).

uma velha reivindicação do Partido Progressista e do movimento republicano: a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

Logo após a queda da monarquia, a pouco consistente frente revolucionária (que integrava uma parte do Exército, a burguesia e a oligarquia rural) desagregou-se e eclodiram de imediato movimentos sediciosos que disputaram o poder no seio do recém-constituído regime republicano.

Porque caiu a Monarquia e se proclamou a República? Esta não é uma questão simples e consensual. Tem mesmo suscitado sucessivas e contraditórias interpretações historiográficas que vale a pena aqui aflorar. As teses mais tradicionais invocaram os seguintes motivos: a Questão religiosa – consubstanciada num agudo e impopular conflito entre a alta hierarquia da Igreja Católica (nomeadamente, os bispos de Recife/Olinda e Pará), defensora intransigente do ultramontanismo, e o Estado liberal Imperial, que professava o regalismo e o anti-romanismo; a Questão Militar – que terá resultado de uma política de enfraquecimento e de desmobilização das forças armadas decretada pelo Governo após a guerra do Paraguai (1864-1870); a abolição da escravatura sem indemnizações (1888), que terá originado a adesão dos fazendeiros às ideias republicanas; em suma, os sucessivos excessos e as inabilidades da Coroa teriam conduzido ao desprestígio e conseqüente impopularidade

### [Dezembro]

Apesar da inesperada proclamação da República no Brasil, e não obstante o imperador deposto e a família real brasileira terem desembarcado em Lisboa, no dia 7 de Dezembro, provenientes do Brasil, para um breve exílio em Portugal (seguiram depois para França), a monarquia constitucional portuguesa reconheceu o novo regime, em 18 de Setembro de 1890, e procedeu a um esforço diplomático no sentido de manter as relações de aproximação com aquele país. É verdade que esse esforço, que pretendia salvaguardar muitos interesses que Portugal tinha na jovem República, foi momentaneamente interrompido em 1894, por decisão do Governo do Brasil, quando (conforme foi dito atrás) um grupo de marinheiros revoltados contra o Governo de Floriano Peixoto procurou e obteve refúgio em dois navios portugueses ancorados no Rio de Janeiro. Mas as relações diplomáticas entre os dois Estados restabeleceram-se logo em 1895. O próprio rei D. Carlos agendou depois uma viagem ao Brasil, que definiu como «infinitamente política e duma importância capital para a sua obra», e que só não se concretizou por que entretanto se deu o Regicídio.

Por seu lado, o Partido Republicano Português saudou de imediato, e com óbvio júbilo, a mudança de instituições no Brasil.

da Monarquia junto das elites civis, militares e eclesiásticas. Uma posterior revisão historiográfica desenvolveu outras interpretações porventura mais complexas e objectivas da questão e que assentam no seguinte axioma: a proclamação da República resultou de profundas transformações nas estruturas económico-sociais que ocorreram no país na segunda metade do século XIX e que acabaram por minar as conservadoras instituições monárquicas.

#### [Novembro]

Tomada de posse do Governo Provisório, presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca. No novo executivo estão, sobretudo, representados alguns «republicanos históricos» e as grandes correntes organizadas da época: o Exército e o Partido Republicano Paulista. Eis a composição do Ministério: Campos Salles (Justiça), Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Benjamin Constant (Guerra), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores), Demétrio Ribeiro (Agricultura, Comércio e Obras Públicas). O Governo Provisório foi incumbido de manter a ordem e dirigir a Nação até a futura Assembleia Constituinte sufragar um governo definitivo. O período de consolidação do regime republicano – também conhecido por «República das Espadas» – tem assim início e prolongar-se-á até 1894. Caracterizou-



se, sobretudo, por uma forte presença dos militares no poder e por um combate acirrado entre estes, que eram maioritariamente defensores do centralismo e de uma ditadura republicana, e sectores civis, que advogavam o federalismo.

- Eclodem várias reacções monárquicas inconsequentes contra a República, que serão, de resto, exacerbadas pelo novo poder instituído. Tais sublevações foram sucessivamente protagonizadas, primeiro por forças do exército, em Desterro (depois de 1895, rebaptizada de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina), depois pelos marinheiros da corveta Niterói e, por fim, pelo 2.º R.A. aquartelado em São Cristóvão. Na sequência dessas revoltas, o Governo avaliou de imediato e severamente os implicados, desterrou do Brasil alguns líderes proeminentes da reacção monárquica (Ouro Preto, o seu filho Carlos Afonso e Silveira Martins), criou um tribunal militar destinado a julgar os sublevados e todos aqueles que viessem a ser acusados de promover a subversão civil e militar contra a República, assim como restringiu com intolerância a liberdade de imprensa. Esta última medida será utilizada pelo poder como uma arma repressiva contra os opositores irredutíveis do regime, mas também para conter e silenciar, de forma arbitrária, a onda de críticas que vai crescendo contra as políticas do Governo.

- Na capela de Juazeiro – local próximo da cidade do Crato (no Ceará) onde se fixou o padre Cícero Romão Baptista, após ter sido aí protagonista de uma presumível experiência mística – ocorreu um suposto milagre com uma das suas beatas (a sua boca verteu sangue no momento em que recebeu a hóstia de Cícero) e que voltará a reproduzir-se em outras ocasiões semelhantes. Em torno do local e do seu sacerdote gerou-se mais tarde um amplo e duradouro movimento regional de catolicismo rústico de cariz milenarista, que entrou em conflito com a hierarquia da Igreja e com os poderes políticos republicanos entretanto instituídos. O desejo do padre de elevar Juazeiro à condição de bispado, os desentendimentos pela posse de terras e a ambição de emancipação municipal da vila originaram um confronto aberto com o Crato que se prolongará até 1911 e revelará a forte influência religiosa e política do padre Cícero no Ceará. Com efeito, este líder religioso beneficiou da veneração de milhares de camponeses do sertão do Cariri e, em 1911, chegou a ser eleito prefeito de Juazeiro com o apoio dos coronéis cearenses, firmando com eles, contra a vontade do então Presidente da República Hermes da Fonseca, um pacto que permitia a permanência da família Acioli no poder estadual do Ceará. No início dos anos 30, este sacerdote foi discretamente excomungado pelo bispo de

Fortaleza e perdeu relevância política, vindo a morrer em 1934, com 91 anos. Porém, permaneceu durante muito tempo como eminência parda da política cearense e ainda hoje é venerado por muitos sertanejos, tornando-se uma figura de referência do imaginário brasileiro.

1890

[17 de Janeiro]

O ministro da justiça do Governo Provisório, Campos Salles, promulga um conjunto de decretos, de inspiração liberal e positivista, que visam introduzir reformas moderadas em matéria de religião em ordem a separar o Estado das Igrejas, a saber: assegura a todos os Estados Federais a plena liberdade de crenças e o exercício do culto; estabelece a liberdade de associação religiosa, que pode ser usufruída pelos indivíduos, pelas Igrejas e pelos institutos; garante o respeito da República pelos bens das Igrejas; o Governo Federal compromete-se a assegurar a sustentação dos serventários do culto católico e a subvencionar, por um ano, as cadeiras dos seminários; institui ainda o casamento civil obrigatório, a secularização dos cemitérios, bem como o registo civil obrigatório. Estas leis laicizadoras, que davam sequência, mas, afinal, pareciam também solucionar o litígio entre o Estado e a Igreja aberto no ocaso do Império,

1890

[11 de Janeiro]

*Ultimatum* britânico a Portugal. As economias europeias capitalistas mais industrializadas – a braços com problemas de pressão demográfica e ávidas de alcançar novos mercados e de controlar novas fontes de matérias-primas – iniciaram, na segunda metade de Oitocentos, uma agressiva e litigiosa política expansionista em África, que foi depois disciplinada na Conferência de Berlim (1884-85). Aí se consagrou que os territórios africanos poderiam ser efectivamente ocupados pelos países que tivessem meios para o fazer. As novas leis de direito colonial internacional, definidas em Berlim pelas potências europeias, anulavam porém o velho argumento dos «direitos históricos de descoberta», esgrimido por Portugal. Este país sonhava, entretanto, «criar um novo Brasil em África», através da ocupação das regiões compreendidas entre Angola e Moçambique («mapa cor-de-rosa»). A Inglaterra, que tinha já planos para essas regiões (do Chire

irão suscitar uma oposição prudente do clero católico ao regime republicano. Refira-se que as medidas atrás citadas (e outras mais radicais não contempladas na nova lei) reflectiam, enfim, o programa republicano de matriz positivista, laica e anticlerical definido desde 1870. Com efeito, nele constavam a plena liberdade de cultos e a igualdade de todos os cultos perante a lei, a abolição do carácter oficial da Igreja, a sua separação do Estado e emancipação do poder civil pela supressão de encargos temporais outorgados aos seus representantes, a instituição do registo civil para nascimentos, casamentos e óbitos, a secularização dos cemitérios e a abolição do ensino da doutrina cristã nas escolas públicas.

Num outro plano, o ministro Campos Salles instituiu também a dupla soberania judicial da União e do Estado. Ou seja, um poder judiciário federal (ou da Nação) habilitado a julgar causas exclusivamente federais, e um poder local (ou do Estado) licenciado para julgar causas estaduais.

#### [17 de Janeiro]

Perante a crescente escassez da moeda, resultante da abolição da escravatura e do aumento da imigração que permitiram o crescimento, no campo e na cidade, do trabalho assalariado e do consumo, o ministro da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa, adopta uma política emissionista

e dos territórios dos Macololos e dos Machonas), exige a retirada imediata das forças militares portuguesas aí estacionadas, ameaçando, através de um lacónico telegrama, com uma intervenção armada. O Governo português acabará por ceder às exigências daquele que seria então o mais poderoso país do mundo. Mas o *Ultimatum* inglês desencadeou um amplo, espontâneo e emotivo movimento de protesto popular nacionalista e xenófobo contra o imperialismo britânico, que convergiu – por acção da propaganda republicana, mas, sobretudo, devido às restrições impostas pelo governo regenerador ao exercício das liberdades públicas – numa revolta contra o secular regime monárquico: organizaram-se manifestações de desagravo junto da Casa da Legação Britânica; boicotaram-se os produtos ingleses; recomendou-se o banimento dos anglicismos; lançou-se uma grande subscrição nacional destinada a recolher fundos em ordem a reorganizar a frota naval portuguesa; realizaram-se préstimos cívicos aos monumentos tumulares de Camões e Vasco da Gama. Tal agitação inspirou ainda a criação de uma (inconsequente) agremiação de fundo ético e supra-partidário presidida por Antero Quental (1842-1891) – Liga Patriótica do Norte – que ambicionava regenerar o país; teve também, como consequência directa, a eclosão da intentona republicana de 31 de Janeiro de 1891, desencadeada por sectores mais radicais do movimento republicano.

(emissão de papel-moeda em grande quantidade) conhecida, ironicamente, *por encilbamento* (alusão ao local do hipódromo onde são feitas as apostas). O país foi dividido em quatro zonas – Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia – onde são instalados banco emissores. O propósito de tal medida era responder às novas necessidades financeiras, expandir o crédito e estimular a criação de novas empresas nessas regiões. O resultado foi desastroso: a inflação disparou, chegando a atingir os 115%, cresceu a especulação financeira, que permitiu a eclosão de fortunas fáceis, e verificou-se uma grande desvalorização da moeda. Em 1891, Rui Barbosa ainda procurou rectificar a sua política financeira. No entanto, a demissão colectiva do ministério, nesse mesmo ano, frustrou as suas intenções. Estes problemas serão depois parcialmente resolvidos no governo de Campos Salles (1898-1902).

#### [19 de Março]

O episcopado brasileiro promulga uma famosa Pastoral Colectiva, redigida pelo arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, D. António de Macedo Costa (1830-1891). Neste texto conciliatório (e expectante) para com o novo regime republicano, os bispos católicos, em perfeita sintonia com as doutrinas da Santa Sé, rejeitam o princípio da separação de poderes e a consequente abolição do Estado confessional. Contudo, argu-

Muitos historiadores do movimento republicano sustentam que o Ultimatum contribuiu para o início do colapso da monarquia constitucional, porquanto determinou o advento de uma segunda geração republicana mais activa e decidida a romper com os anteriores processos de luta legalista, ordeira e convencional contra o regime monárquico.

- No 1.º período da sessão legislativa deste ano foram eleitos para o Parlamento do regime monárquico constitucional português os seguintes deputados do PRP: José Maria Latino Coelho (1825-1891) e José J. Rodrigues de Freitas (1840-1896) (que não tomou posse do seu lugar). Este último, que beneficiava de grande prestígio pessoal, havia sido, após a eleição de 13 de Outubro de 1878, o primeiro deputado declaradamente republicano que entrou no Parlamento português. Para o 2.º período da sessão legislativa de 1890, que se iniciou em Abril, foram eleitos os deputados republicanos Bernardino Pereira Pinheiro, Elias Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga.

#### [1 de Maio]

O 1.º de Maio foi pela primeira vez comemorado em Portugal, através de manifestações organizadas por sectores socialistas em Lisboa e no Porto em favor das oito horas de trabalho, que ocorreram num clima de receosa expectativa sentida por parte das autoridades. Na capital, a afinal ordeira

mentam que a união, entendida como tutela da Igreja pelo Estado – tal qual se apresentou depois da «questão religiosa», aberta em 1872 entre o poder temporal e o poder espiritual – é intolerável para aquela e que, nessa situação concreta, a separação equivalia a uma libertação.

### [Agosto]

Novo documento emitido pelo episcopado brasileiro, presidido por D. António de Macedo Costa. Trata-se de um protesto, assente em argumentos teológico-políticos, dirigido ao chefe do Governo Provisório, contra um conjunto de artigos consubstanciados no projecto da nova Constituição (tornado público em 22 de Junho de 1890), os quais, no entender do episcopado, eram ofensivos dos direitos e liberdades da Igreja Católica. O texto terminava com uma promessa de luta pelos interesses da Igreja, «usando energeticamente de todos os meios legais». Refira-se que o texto Constitucional definitivo, aprovado em Fevereiro de 1891, acabou por outorgar certas concessões à Igreja. Designadamente, os seus bens foram preservados e as ordens e congregações foram admitidas no país sem qualquer reserva. Interessa ainda aqui acrescentar – como observaram Sérgio Lobo de Moura e José M. Gouvêa de Almeida – que durante a Primeira República se verificou uma progressiva aproximação da Igreja Católica no Brasil (cada vez mais romanizada) em

jornada de luta e confraternização dos trabalhadores – que incluiu uma manifestação (transferida à socapa para a Rua Nova da Piedade, depois de um polémico e dissimulado acordo entre alguns dos organizadores e as autoridades monárquicas), uma romagem ao Cemitério dos Prazeres, para homenagear José Fontana, e um passeio ao campo –, foi minada por rivalidades pessoais e divergências entre tendências socialistas («marxistas»/«possibilistas») e destas com os «anarquistas». No Porto as celebrações terão corrido melhor, não obstante o movimento proletário estar também fragmentado. O comício socialista foi organizado no Monte Aventino e teve, de acordo com algumas estimativas, a adesão de vinte a trinta mil indivíduos, obrigando mesmo algumas fábricas da cidade a fecharem por falta de operários. Fernando Catroga afirma que em outras localidades do país, como Silves, Tomar, Leiria, S. Tiago do Cacém e Arronches, as comemorações do dia do trabalho «foram de natureza restrita e quase exclusivamente simbólica». O mesmo historiador enumera as principais reivindicações avançadas pelos socialistas portugueses no contexto das celebrações do 1.º de Maio de 1890: proibição do trabalho aos menores de 12 anos, e redução das horas de trabalho dos menores entre 14 e 18 anos para 6 horas; interdição do trabalho das mulheres em todos os ramos da indústria

relação ao regime e mesmo à sua ideologia liberal: «beneficiada dos favores [e do respeito] do Estado, mas expulsa por este das benesses do poder, ela exerce sobre o conjunto da população certo tipo de autoridade não oficial, mas implicitamente reconhecida pelo regime e por ele valorizado dentro de seus limites».

- Fundaram-se no Rio de Janeiro – capital da República e detentora de uma estrutura social heterogénea, onde começava a emergir um significativo sector operário – três Partidos Operários. O primeiro, foi encabeçado pelo ex-militar e jornalista Gustavo de Lacerda. Defendeu a criação de cooperativas, em vez de sindicatos, e considerou que a greve apenas deveria ser utilizada em último recurso. O segundo, fundado por Luís França da Silva, declarou-se, também, contrário às greves e sustentou a necessidade de conceder direitos aos trabalhadores através de negociações. O terceiro partido, foi presidido pelo tenente da marinha e filho de uma família burguesa de nacionalidade portuguesa, José Augusto Vinhaes. Este pioneiro da causa operária brasileira teve um curioso percurso político: foi abolicionista, republicano e participante activo na revolução de 15 de Novembro, deputado da Assembleia Constituinte, opositor de Deodoro da Fonseca, «florianista», depois defensor do contra-almirante Custódio José de Mello na Revolta da

considerados incompatíveis com o organismo feminino; abolição do trabalho nocturno para as mulheres e para os menores de 18 anos; descanso semanal de 36 horas para todos os operários; proibição de certos géneros de indústria e de certos sistemas de fabricação que prejudicavam a saúde dos trabalhadores; responsabilização dos patrões nos acidentes de trabalho; protecção dos velhos e dos inválidos do trabalho; inspecção do trabalho por inspectores profissionais e eleitos, pelo menos em parte, pelos trabalhadores.

#### 1890-92

O Estado português abre falência, minado por uma grave crise económica e bancária que se enquadra na última grande depressão cíclica do capitalismo mundial do século XIX. Tal crise resultou, *grosso modo*, de uma conjugação de factores estruturais e conjunturais, a saber: crescimento da dívida comercial nacional, causado por um crescente saldo negativo entre as importações e as exportações; diminuição conjuntural das remessas de capital dos emigrantes, mormente dos que se encontravam sedeados no Brasil (que pela mesma altura enfrentava uma aguda crise financeira, em parte causada pela instabilidade política que se seguiu à proclamação da Repú-

Armada e cúmplice de uma conspiração contra Campos Salles, a qual envolveu, em 1899/1900, monárquicos e republicanos desencantados. Não obstante o seu sinuoso itinerário, Boris Fausto afirma que Vinhaes representou «uma das raras vozes democráticas e progressistas no rústico cenário parlamentar da época». Com efeito, a agremiação socialista moderada, liderada por José Augusto Vinhaes, nascida no contexto da transição do Império para a República, defendeu um conjunto de direitos sociais básicos, como por exemplo: proibição do trabalho infantil; descanso semanal obrigatório; jornada de trabalho de oito horas; pensões de reforma por velhice e invalidez; tribunais específicos para arbitrar conflitos laborais. Enquanto representante da Câmara dos Deputados, José Vinhaes denunciou ainda os efeitos da política inflacionista de Rui Barbosa sobre os salários reais da população trabalhadora, defendeu, em 1891, a greve dos ferroviários da Central do Brasil, advogou a eleição directa do Prefeito do Distrito Federal e o direito do voto dos estrangeiros nas eleições municipais da capital da República. O seu Partido Operário foi extinto em 1893, por ter aderido à Revolta da Armada.

#### [15 de Novembro]

Tomada de posse da Assembleia Constituinte republicana, eleita, em 15 de Setembro, por todos os cidadãos

blica, em 1889, e que se saldou pela consequente baixa do câmbio Rio de Janeiro/Londres); aumento acelerado do já proverbial défice orçamental, provocado pela contracção corrente de empréstimos a bancos estrangeiros (nomeadamente ao *Baring Brothers* e ao *Crédit Lyonnais*) em ordem a subsidiar as despesas efectuadas pelo Estado, designadamente, nos sectores das obras públicas, educação, expansão colonial e, em última análise, para pagar os juros de outros empréstimos. Esta crise originou, em 1891, a queda abrupta da moeda portuguesa (face à libra), a inconvertibilidade temporária das notas bancárias, uma acentuada contracção dos negócios, a falência de lojas, empresas e bancos, o desemprego e a consequente emigração de muitos portugueses. Em 1892, o ministro da Fazenda Oliveira Martins (1845-1894) – escritor consagrado, notável membro da Geração de 70, que depois evoluiu de um republicanismo social para a defesa de uma democracia socializante num Estado forte –, e o seu novo, independente e efémero Ministério da «Vida Nova», iniciaram uma política de contenção drástica de despesas públicas e pressão fiscal que conduziu, nos anos seguintes, a uma acentuada redução do défice. Este Governo, que advogava uma maior interferência do poder régio na condução dos negócios públicos (consubstanciada no axioma «o Rei reina, o Rei governa, e governar é



brasileiros no gozo dos seus direitos civis e políticos que soubessem ler e escrever. O órgão integrava 205 deputados e 63 senadores, cabendo as maiores representações a Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Os responsáveis pela elaboração e aprovação da futura Constituição e pela eleição do Presidente da República eram sobretudo juristas, médicos, engenheiros e militares provenientes da pequena e média burguesia urbana assim como da aristocracia detentora de terras, a qual se expressava política e economicamente no «coronelismo». Os novos deputados e senadores professavam correntes político-ideológicas distintas: alguns dos seus elementos eram republicanos históricos, mas havia também muitos positivistas e alguns monárquicos recém-convertidos à República. Por isso este acto foi precedido por sessões preparatórias, marcadas por um forte confronto entre tendências distintas, que representavam interesses heterogéneos: estaduais, militares, governativos e ideológicos. A polémica residia desde logo no facto de os militares alinhados com Deodoro da Fonseca, terem sido acusados de pretenderem restaurar a monarquia e de fraude e manipulação eleitoral. Tais antagonismos – cujo epicentro era a luta por cargos-chave, assim como os projectos sobre a soberania do poder executivo e as limitações do poder legislativo – terão, doravante, tendência para se agudizar e radicalizar.

mandar»), defendeu um programa estatizante e proteccionista e instaurou uma nova pauta alfandegária com o desiderato de combater o défice comercial e relançar a economia nacional. Um desaguado entre Oliveira Martins e o chefe do Governo, Dias Ferreira, relacionado com concepções diferentes de política económica, ditou, porém, a demissão precoce do ministro da Fazenda e de outros ministros, ainda no ano de 1892. Tal facto pronunciou o inglório fim do Gabinete da «Vida Nova».

**[24 de Fevereiro]**

Promulgação da Constituição de 1891, a qual esteve em vigor, formalmente, até 1930. O documento, inspirado na Constituição norte-americana, resulta dos interesses imediatos e heterogêneos da Assembleia Constituinte. Assenta num conjunto de princípios essenciais: forma de governo republicana; federalismo mitigado, apoiado num predomínio do poder central – em matérias essenciais como sistema legal, civil, comercial e criminal – sobre o poder estadual; Estado laico; eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, com excepção de mendigos, mulheres, analfabetos, praças e membros de ordens religiosas; sistema bicameral, constituído por Senado e Câmara dos Deputados, eleitos por voto directo; regime presidencialista com livre escolha dos ministros pelo Presidente da República (eleito, por quatro anos, por sufrágio directo da Nação); e Governo de três poderes independentes: o executivo (Presidente da República e Governo e, nos Estados, Governador de Estado), o legislativo (Congresso Nacional, composto por Câmara de Deputados e Senado Federal), e o judiciário (Supremo Tribunal Federal, Juizes e Tribunais Federais e, nos Estados, Tribunais e Juizes Estaduais). Esta Constituição, não obstante aparentar ser representativa e formalmente «democrática», foi criada pelas oligar-

**[5 a 7 de Janeiro]**

O Congresso do Partido Republicano Português (PRP) aprovou um manifesto-programa oficial do partido. O documento, escrito por Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Francisco Homem Cristo, Bernardino Pinheiro, Azevedo e Silva e Jacinto Nunes, definiu os seguintes ideais: conciliou um federalismo reformulado com o unitarismo, ao salientar a opção nacionalista e colonialista; sustentou, também, o municipalismo, o cooperativismo, um interclassismo de matriz positivista (que apenas excluía as elites dirigentes e o clero reaccionário directamente ligados ao poder monárquico), a revolução cultural, a emancipação feminina, o laicismo e o anticlericalismo mais radical (inspirado na III República Francesa). Fernando Catroga advoga que, no plano programático e propagandístico, o republicanismo de finais de Oitocentos pretendeu afirmar-se como um «social-republicanismo», que se demarcava do liberalismo extremo, mas também dos socialismos revolucionários e das suas propostas colectivistas e estatistas.

**[31 de Janeiro]**

Revolta republicana no Porto, nascida no rescaldo do Ultimatum, que pretendeu depor a monarquia. Tratou-se de uma revolta regional precipitada e pré-apregoadá, quase só prota-

quias do Estado para, na prática, excluir da intervenção política largos sectores da sociedade.

### [25 de Fevereiro]

Deodoro da Fonseca foi eleito, pela Assembleia Constituinte, primeiro Presidente da República. E o seu inimigo público, Floriano Peixoto (1839-1895), foi sufragado para Vice-Presidente. O sufrágio – ao qual também se apresentava, como forte candidato a vencedor, Prudente de Moraes (1841-1902) – decorreu num clima de grande tensão e expectativa, com ameaças de reacção pelas armas caso Deodoro não fosse eleito. Desde então a acção governativa do novo presidente – que se desenvolve dentro de uma lógica política autoritária e de tradições monárquicas – será sistematicamente bloqueada pelo parlamento que, afinal, só o terá escolhido coagido pela ameaça de uma intervenção armada.

### [3 de Novembro]

Deodoro da Fonseca suspendeu a Constituição e dissolveu o Congresso Nacional. Tais medidas foram tomadas depois de alguns sectores do Congresso contestarem os nomes das suas nomeações para governadores dos Estados, pretenderem limitar as atribuições presidenciais no poder executivo, não sufragarem por unanimidade a sua candidatura efectiva a Presidente da República, reprovarem as reformas económicas entretanto

gonizada pelas baixas patentes do exército (sobretudo sargentos e cabos – por isso foi também apelidada de *Sargentada*), os quais planearam o golpe por conta própria, movidos por interesses patrióticos, mas, também, corporativos. O Directório do PRP nunca controlou esta acção conspirativa e por isso não desempenhou um papel activo nesta conjuração, que *a priori* desaprovou e considerou inoportuna. Apenas um sector limitado da Maçonaria portuense terá participado na conspiração. A adesão de civis provenientes da burguesia e da inteligência portuguesa foi escassa. As associações operárias e os líderes socialistas do Porto foram de igual modo previamente excluídos. Tratou-se, portanto, de uma sedição mal planeada e prematura que – sugere Fernando Catroga – terá ocorrido numa época e local errados, uma vez que eclodiu num meio ainda pouco urbano, conservador, fortemente catolicizado e, por isso, ainda pouco republicanizado. De facto, a mentalidade da sociedade portuense (e até lisboeta) parecia, por ora, estar longe do espírito democrático interclassista, anticlerical e secularizador do ideário republicano. Poucas horas depois de começar, o movimento revolucionário foi esmagado pelas forças monárquicas e os seus líderes presos ou degredados. Depois desta contrariedade, o movimento republicano sofreu um notório declínio e desorientação que irá durar até 1906.

programadas, vetarem sistematicamente ou embaraçarem a acção administrativa do «Gabinete [do Barão del] Lucena», por si nomeado em Janeiro de 1891, assim como pugnarem pela sua demissão. Amplos sectores do Congresso Nacional reagem, logo no mesmo dia, lançando um manifesto à Nação Brasileira (assinado por 114 deputados e senadores de todos os Estados) onde se repudia o acto ilegal e sem precedentes de Deodoro da Fonseca e do Governo. Contudo, salvo raras excepções, os Estados não terão censurado de imediato e inequivocamente as decisões do Governo federal. Certo de que controla a situação, Deodoro da Fonseca apenas decreta o estado de sítio no Rio de Janeiro e Niterói e promete corrigir a Constituição em ordem a fazer prevalecer e perpetuar a «unidade da Pátria dentro da Federação», através do fortalecimento do poder executivo da União e da atribuição aos Estados de uma autonomia comedida.

#### [22/23 de Novembro]

Revolta da esquadra do Rio de Janeiro (na baía de Guanabara) contra a decisão do Presidente da República Deodoro da Fonseca, tomada em 3 de Novembro, de suspender a Constituição federal e dissolver o Congresso Nacional. Este golpe legalista surge no contexto de um movimento de resistência civil e militar generalizada (contra a ditadura e a reforma constitucional), que se organiza e alastra

#### [6 a 10 de Abril]

Realização do II Congresso da Província Eclesiástica de Braga, convocado pela Associação Católica desta cidade. Neste importante areópago católico estiveram presentes cinco bispos e, na sessão de abertura, mais de duas mil pessoas. As suas principais conclusões foram as seguintes: apoio à soberania temporal do papa; reivindicação do restabelecimento das ordens religiosas; proposta de realização regular de um Concílio nacional de prelados; e criação da Obra dos Congressos Católicos com o objectivo de dar continuidade à iniciativa.

a vários Estados, e que parece conduzir o Brasil à iminência da eclosão de uma guerra civil. Para evitar tal tragédia, e depois de concluir não ter manifestos apoios políticos, Deodoro da Fonseca resolveu renunciar ao seu mandato presidencial e encerrar assim a sua carreira política e militar. Será interinamente substituído, em 23 de Novembro, pelo vice-presidente Floriano Peixoto. Este, com o apoio do PRP (Partido Republicano Paulista), de sectores das Forças Armadas (Exército e Marinha) e da classe média urbana, ordena a anulação do acto de 3 de Novembro, restabelece aparentemente a ordem constitucional e convoca um novo Governo. Mas, com o consentimento do Congresso, não deixará de demitir todos os governadores estaduais (com excepção do governador do Pará) que apoiaram o golpe ditatorial do presidente demissionário, situação que originou inevitáveis choques armados em vários Estados. Ao mesmo tempo, em ordem a garantir expressivas bases de sustentação no poder, toma decisões populares: controla e especulação financeira, inaugura o tabelamento de preços no Brasil, fixa valores máximos para os géneros alimentícios, congela os preços dos alugueres e apoia os interesses dos cafeicultores paulistas.

Floriano Peixoto (cognominado de «marechal de ferro») foi, porventura, o primeiro chefe populista e carismático da República. Irá criar uma

mística de poder nacionalista – o «florianismo» – e reger o país através da execução de uma política pragmática, despótica e centralista, que não respeitará os preceitos constitucionais. Paradoxalmente – ao lançar as bases de uma ditadura de «salvação nacional» – afirmou-se como o «consolidador da República» perante as ténues ameaças de uma restauração monárquica.

## 1891-92

### [Dezembro-Janeiro]

A oposição deodorista condenou, na Câmara e no Senado, a política intervencionista, autoritária e «dissimulada» de Floriano Peixoto, que se saldou pela deposição dos governadores estaduais e pela consequente dissolução dos Congressos de quase todos os Estados. Após uma contestação legal, os deodoristas militares e civis optam por acções revolucionárias. Primeiro foi a revolta do couraçado «1.º de Março»; depois a tomada das Fortalezas de Santa Cruz e Lage (Rio de Janeiro), seguida das tentativas frustradas de sublevações no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo.

## 1892

- Fundação, no Rio Grande do Sul, do Partido Republicano Federal (ou Partido Federalista), presidido por Gaspar Silveira Martins. No Congresso

de Bagé, realizado em 31 de Março, foi aprovado o seu programa político que assentava nos seguintes princípios: substituição da Constituição Contista do Estado por uma Constituição representativa, modelada segundo os princípios do governo parlamentar; eleição do presidente por 4 anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara pelo período de 4 anos por distritos eleitorais; iniciativa do governo e Câmara na apresentação das leis, com excepção das que competiam exclusivamente a esta; autonomia municipal; poder judiciário dos Estados; liberdade de imprensa; sujeição do julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários; condenação do governo estadual do Rio Grande do Sul e apresentação do nome do general João Nunes da Silva Tavares para futuro candidato à presidência do Estado.

**[6 de Abril]**

Manifesto a Floriano Peixoto, assinado por 13 oficiais (generais e almirantes). Os signatários denunciam a «desorganização», o «terror» e o «luto» em que se encontram os Estados, «devido à indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores». Apela ao Presidente da República para ordenar o fim de «tão lamentável situação» e manifestam-se favoráveis à convocação de eleições presidenciais, «como determina a Constituição

Federal». Este acto ocorre numa ambiência marcada por uma crescente oposição a Floriano Peixoto, protagonizada por deodoristas civis e militares, mas também por grupos favoráveis ao governo, os quais invocam as determinações constitucionais para sustentarem a realização de novas eleições em ordem a legitimar o Presidente da República. A reacção de Floriano Peixoto ao documento dos generais será, contudo, implacável: demite os militares, desterra-os e reforma-os administrativamente.

#### [10 de Abril]

A oposição deodorista procurou desencadear novo acto revolucionário contra Floriano Peixoto, ao convocar um comício onde se gritou «morras à tirania e a Floriano». Na sequência de tal acto, o Presidente da República suspendeu as garantias constitucionais por 72 horas, declarou o estado de sítio para o Distrito Federal e mandou prender e desterrar dezenas de notabilidades implicadas ou suspeitas na sedição. A oposição ainda pediu um *habeas-corpus* a favor dos presos banidos, que, no entanto, será negado pelo Supremo Tribunal Federal. Porém, após ter sido reposta a normalidade constitucional, o Congresso Nacional acabará, em Junho, por amnistiar os sublevados.

#### [23 de Agosto]

Morte, após doença prolongada, do Marechal Deodoro da Fonseca.



Decorre, no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista. Esta degenera numa longa e violenta guerra civil pelo controlo do poder estadual e a deposição do Presidente da República Floriano Peixoto, que depois se alastra aos Estados de Santa Catarina e Paraná. Nesta guerra confrontam-se os republicanos históricos, então no poder no Rio Grande do Sul, e o Partido Federalista. A primeira facção, liderada pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, será apoiada pelo Governo de Floriano Peixoto e por forças e armamento do Exército (onde se destacam os oficiais positivistas). A segunda, que tem como ideólogo principal Gaspar Silveira Martins, será, por sua vez, apoiada por tropas coronelísticas civis e destacados chefes políticos locais. A derrota da segunda facção levará os sublevados ao exílio no Uruguai de onde irão desencadear, sucessivamente, três incursões militares contra os que consideravam ser «inimigos da Pátria, arvorados em governo legal». Porém, tais incursões serão repelidas pelos partidários de Júlio de Castilhos, que irão contar ainda, para além do natural apoio federal, com o auxílio material oferecido pelo Estado de São Paulo, o qual defende a política de Floriano Peixoto. A guerra termina com a capitulação dos federalistas assinada na cidade de Pelotas, em Agosto de 1895.

## [6 de Setembro]

Revolta da Armada, que eclodiu na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, contra o vice-presidente Floriano Peixoto. Esta sublevação, comandada pelo ex-ministro da Marinha (deposto em 30 de Abril do mesmo ano), contra-almirante Custódio de Mello, conjugou-se com a Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul, e será responsável pelo alastramento da guerra civil aos Estados de Paraná, Santa Catarina e a São Paulo em ordem a desgastar e derrotar o Governo. Este amplo movimento protagonizado pela marinha, e depois também apoiado e financiado por monárquicos e elementos deodoristas, acusou Floriano Peixoto e o Poder Executivo Federal de procederem de modo ditatorial, de desrespeitarem a Constituição, de afrontarem o princípio da autonomia dos Estados e de manterem uma luta fratricida. Floriano Peixoto, com a anuência do Congresso Federal, recusa as pretensões dos revoltosos, entretanto comandados pelo contra-almirante e monárquico Saldanha da Gama, e irá apresentar-lhes um inflexível ultimato. Assim, durante algum tempo desenrola-se uma violenta guerra civil entre *legalistas e revolucionários federalistas*, a qual parece ter um desfecho incerto. Contudo, a vitória acabou por pender para o lado dos

## [22 de Fevereiro]

José Dias Ferreira e o seu governo demitiram-se depois do ministro ter solicitado, sem êxito, ao rei D. Carlos a dissolução das Cortes a fim de poder negociar o convénio do pagamento da dívida externa sem a fiscalização do Parlamento. Esta demissão significou a falência e a conseqüente interrupção das experiências extra-partidárias – assumidas desde 1890 pelo rei e sustentadas por alguns sectores intelectuais mais politizados –, as quais se tinham perfilado como uma espécie de «terceira via» alternativa ao sistema político rotativista, então marcado por um incontornável caciquismo e clientelismo e, por conseguinte, por uma imagem ilusória e fraudulenta de democraticidade nacional. A resignação de Dias Ferreira conduziu depois ao reinício de um novo período de constitucionalismo rotativo, marcado pela alternância no poder, até 1906, dos partidos (ou, talvez mais exactamente, dos grupos de elites aristocrático-burguesas) mais representativos da cena política portuguesa: Regenerador e Progressista.

primeiros que, sob o beneplácito de Floriano Peixoto, irão depois exercer uma implacável e arbitrária perseguição sobre os derrotados. Saldanha da Gama – declarado por Floriano Peixoto traidor e desertor (e que mais tarde acabaria por morrer em combate na Revolução Federalista) – e os seus oficiais exilaram-se, entretanto, em navios portugueses. Este incidente gerou, de resto, uma grave questão diplomática entre os governos dos dois países, a qual seria, porém, ultrapassada logo em 1895.

Floriano Peixoto ganhou desde então, entre um vasto segmento popular e certos sectores militares, o título de grande patriota, salvador e consolidador da República, perante o perigo de uma restauração da monarquia ou do desmembramento do Brasil.

### 1893-97

Afirmção, no pequeno arraial de Canudos (depois rebaptizado como Belo Monte), no sertão baiano, do movimento messiânico e rústico, liderado pelo pregador místico e carismático *Antônio Conselheiro* (Antônio Vicente Mendes Maciel – 1828-1897). Tratou-se de uma agitação popular, protagonizada por uma grande massa de gente pobre (caboclos, mestiços e negros analfabetos, na sua maioria descendente de antigos

escravos) e sublimada por rústicas crenças religiosas que, pelo menos desde 1893, ansiava por reordenar um mundo minado pela desigualdade e injustiça e edificar no lugar miserável e caótico de Canudos uma espécie de antecâmara do Céu. O guia e arauto desta nova ordem social acusou a República de ser ilegítima (porque o seu poder não emanava de Deus), ateia a anticatólica («exterminadora da religião» e «opressora da Igreja e dos seus fiéis»), condenou a imoralidade dos costumes, a ausência de fé, que seria penalizada – segundo o pregador – com o castigo divino, censurou a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e recusou-se ao pagamento de impostos municipais. A hierarquia de uma Igreja Católica, em fase de reorganização e romanização, condenou oficialmente, desde 1882, estas doutrinas, que classificou de «subversivas», e excomungou virtualmente o *Conselheiro* e os seus sequazes. Por sua vez, a propaganda do ainda jovem regime republicano oligárquico rotulou esta sublevação de anti-republicana e de monárquica saudosista, considerando mesmo que o asceta sertanejo ameaçava a própria sobrevivência da República. Sobretudo por isso, e por minar os interesses dos latifundiários (e do clero), este movimento, de aparência ortodoxa ou reformista conservadora, será brutalmente reprimido

pelas autoridades civis. Após quatro expedições militares (entre 1896 e 1897), as forças de jagunços que defendiam Belo Monte, os fiéis, muitos deles mulheres e crianças, e o próprio *Antônio Conselheiro* foram mortos e decapitados e o seu «arraial santo» arrasado pelo exército republicano. O drama foi imortalizado na obra *Os Sertões*, onde o autor e testemunha dos acontecimentos, Euclides da Cunha, condena simultaneamente o fanatismo e a idiotice dos vencidos e denuncia a selvajaria brutal dos vencedores.

Mais tarde, entre 1911 e 1915, seguir-se-ão nos sertões brasileiros do Nordeste e do Sul outros movimentos sociais liderados por beatos místicos e visionários (mormente, a Guerra do Contestado e a Sedição do Juazeiro), onde emergem, simultaneamente, uma religiosidade rústica, de sentido milenarista e apocalíptica, e críticas contundentes à ordem professada pela «República Velha». Estes movimentos têm sido hoje revalorizados por alguma historiografia que os interpreta como etapas importantes da luta dos camponeses pobres pela sua emancipação.

**[Março]**

Realizam-se eleições presidenciais directas que dão a vitória ao paulista Prudente José de Moraes Barros, proposto pelo Partido Republicano Federal Paulista. O primeiro presidente civil da República Federal do Brasil será empossado em Novembro desse ano. Floriano Peixoto – a quem não agradavam as lideranças civis – e as autoridades federais do seu Governo não o apoiarão, nem tão pouco estarão presentes na cerimónia da transferência do poder para o novo magistrado supremo da Nação. Contudo, perante uma ameaça latente de nova guerra civil, Floriano Peixoto prefere respeitar as regras democráticas e ceder pacificamente o poder. O novo Governo – onde está sobretudo representada a oligarquia agrária paulista ligada ao negócio do café – começa por apostar numa política de conciliação nacional, mas depois não deixará de afrontar os interesses dos sectores afectos ao florianismo e «jacobinismo carioca». Estes, por sua vez, reagem através de sucessivas manifestações e sublevações contra o poder estabelecido, bem como por meio do boicote, na Câmara dos Deputados, a várias iniciativas governamentais.

**[1 de Maio]**

Realização do Congresso Nacional das Associações de Classe. Aí fundou-se a Confederação Nacional das Associações de Classe, que virá a integrar quase todas as associações operárias do país. O seu secretariado, de tendência socialista, foi constituído, entre outros, por Azedo Gneco, António Ernesto da Silva, Sena Freitas, Manuel Martins Correia e António Joaquim de Oliveira.

**1894-95**

Reforma do ensino secundário, da autoria de Jaime Moniz (professor do Curso Superior de Letras) e promulgada pelo ministro do Reino, João Franco. Previa um curso liceal de sete anos, processado em regime de classes, dividido num Curso Geral de cinco anos e num Curso Complementar, propedêutico da universidade, constituído por dois anos. Implementou também um novo plano de estudos, o qual perdeu o carácter utilitarista e recuperou um teor clássico e humanístico. O seu currículo integrava as seguintes disciplinas: Português, Latim (que maior peso tinha no horário), línguas vivas, Geografia, História, Filosofia, Desenho, Matemática, Física, Química e História Natural (as três últimas numa só disciplina). Esta reforma modelar vigorou, embora com algumas rectificações, durante cerca de um quarto de século.

**[29 de Julho]**

Morte do marechal Floriano Peixoto. Durante as cerimónias fúnebres, realizadas no Rio de Janeiro, produzem-se discursos políticos violentos onde se pronunciam vivas a Floriano e morras a Prudente de Moraes. Entretanto, é divulgada uma carta dirigida por Floriano Peixoto, quando se encontrava na fase final da sua vida, a uma comissão de jovens republicanos que pretendia visitá-lo. Essa epístola, convertida pelo jacobinismo florianista em «testamento político» do seu líder, já que sistematiza a essência do pensamento político do autor, apelava ao Exército Nacional, a sectores da Armada fiéis às leis constitucionais, aos corpos da polícia da capital e do Estado do Rio, aos jovens das escolas civis e militares e ao Partido Republicano para se baterem pela consolidação da República que – segundo ele – estava ainda ameaçada pela restauração monárquica.

**[23 de Agosto]**

A assinatura do acordo de paz, no Rio Grande do Sul, entre as forças federalistas e o Governo de Prudente de Moraes, põe fim à revolução federalista que remonta ao tempo da presidência de Floriano Peixoto e que se tornou na mais longa guerra da Primeira República. Os revoltosos comprometem-se a depor as armas.

**[28 de Março]**

Publicação de uma nova lei eleitoral, pelo Governo do Hintze Ribeiro – João Franco, em ordem a controlar as forças oposicionistas, sobretudo a minoria republicana, nos processos eleitorais. O decreto diminuiu o peso eleitoral das cidades de Lisboa e do Porto (onde se concentravam os votos republicanos) e baixou a cota censitária para metade, embora retirasse depois a qualidade de eleitor aos chefes de família que não soubessem ler nem escrever. Tal disposição excluía do sufrágio as camadas sociais mais desfavorecidas onde justamente o Partido Republicano teria maior expressão.

**[25 a 26 de Junho]**

Realização em Lisboa do Congresso Católico Internacional (comemorativo de 7.º centenário de Santo António). Deste areópago saíram as seguintes conclusões: o apelo à união da Igreja, a refutação da filosofia moderna pela teologia, a defesa da liberdade de associação católica e do ensino religioso, a promoção da «boa imprensa» e a necessidade de difundir a doutrina católica. O Congresso terminou com alguns incidentes provocados por sectores anarquistas, os quais boicotaram a procissão final que se dirigia da igreja de S. Vicente de Fora para o Rossio.

Em contrapartida, pretendem, entre outras condições, a reposição da normalidade constitucional no Rio Grande do Sul e uma amnistia. Tal acordo, firmado em Pelotas, com algumas rectificações, foi aprovado pelo Congresso. No entanto, será contestado por sectores florianistas, os quais teimam em advogar a rendição incondicional dos rebeldes.

- Fundação, em São Paulo, do Partido Monarquista. No ano seguinte nasceu também, no Rio de Janeiro, um Centro Monarquista. Importa recordar que a reacção monárquica contra a proclamação da República não foi politicamente poderosa e expressiva, a ponto de não ter conseguido comandar sublevações contra o novo regime. Apenas coadjuvou movimentos como a Revolta da Armada (1893), no Rio de Janeiro, o golpe de Estado de 1902, que visou derrubar o presidente Campos Salles, e a Revolta da Vacina (1904).

- Criação do Centro Socialista da cidade de Santos, por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Esta efêmera organização, embora de algum relevo nos primórdios do movimento socialista brasileiro, divulgou o seu pensamento e acção no órgão quinzenal *A Questão Social*. O seu manifesto de apresentação, não obstante citar K. Marx como *primus inter pares* da filosofia política socialista, revelou a influência da

#### [25 a 28 de Junho]

Realização de um Congresso Anti-clerical, por iniciativa de Azedo Gneco (1849-1911) e do Centro Socialista de Lisboa, em resposta às comemorações do 7.º centenário de Santo António e do Congresso Católico Internacional. Nele tomaram parte cinquenta e nove delegados, representando várias associações operárias, organismos socialistas e organizações liberais. Foram discutidas nesta reunião as seguintes questões: o ensino religioso nas escolas; o movimento católico nos finais do século XIX em frente do socialismo; a unidade religiosa, científica e política; a questão do operariado; e as doutrinas da Igreja. Depois de o Governo proibir um cortejo cívico previsto no âmbito da realização do Congresso, o Partido Socialista promoveu, em alternativa, uma romagem ao túmulo de Sara de Matos (noviça de 14 anos que os livre-pensadores suspeitavam ter sido vítima de sevícias no interior de um convento). Para esta iniciativa foram mobilizadas cerca de doze mil pessoas, as quais reivindicaram um conjunto de moções aprovadas no Congresso: liberdade integral de cultos, com abstenção religiosa do Estado; registo civil obrigatório; secularização dos cemitérios; abolição do ensino religioso nas escolas oficiais e proibição do clero secular e regular de ensinar nas escolas públicas; união e doutrinação das forças operárias contra a influência



corrente socialista evolucionista, assim como uma propensão para o reformismo, ao mesmo tempo que rejeitou a agitação revolucionária na conjuntura coeva do país.

do catolicismo; emancipação e superioridade da ciência sobre a fé; etc. O propósito supremo desta iniciativa terá sido – sustenta Fernando Catroga – «servir de alavanca para o relançamento tanto do movimento socialista como da militância livre-pensadora». Refira-se ainda que na sequência do Congresso Anticlerical, fundaram-se no mesmo ano e propagaram-se os Círios Civis. Tratavam-se de agremiações populares (sobretudo constituídas por operários e artesãos) criadas e doutrinadas por sectores socialistas e republicanos de matriz laica e anticlerical. As suas actividades, de sentido lúdico e catártico, deixavam transparecer todo um mimetismo ritualista, decalcado do catolicismo, que visava exorcizar a atracção religiosa e inocular nos seus associados o germe do anticlericalismo. A saber: excursões colectivas pela província, arraiais civis, cortejos acompanhados pelo som das filarmónicas e estudantinas, sociedades de canto coral, etc.. Estes agrupamentos de feição urbana (cuja implantação se confinou quase só a Lisboa) multiplicaram-se e prosperaram até 1900. Depois decresceram, para se animarem de novo no contexto da luta contra a ditadura de João Franco. Importará aqui denunciar o carácter radical e virulento do confronto ideológico verificado entre o anticlericalismo e o clericalismo durante a monarquia constitucional e, mais tarde, o período da 1.<sup>a</sup> República.

Como Fernando Catroga bem afirmou, o sentimento de intolerância recíproca manifestado pelos dois referidos movimentos «não possibilitou a pacífica introdução da liberdade religiosa e obstou à instauração de um diálogo que modernizasse a Igreja e não dogmatizasse os que se julgavam portadores de espírito crítico».

**[14 a 16 de Outubro]**

Conferência nacional do Partido Socialista Português, realizada em Tomar. Esta assembleia revelou, de forma inequívoca, as divergências existentes entre «marxistas» e «possibilistas» e conduziu à consequente cisão destas correntes no seio do PSP. Conduziu, também, à eleição de um Conselho Central de tendência «marxista», constituído por Azedo Gneco, Ernesto da Silva, Teodoro Ribeiro, José Nunes de Oliveira e Silva, José do Carmo, Carlos Rio de Carvalho e Domingos Henriques Nunes da Silva, bem como à formulação de um conjunto de propostas de reforma da sociedade, a saber: a abolição do Estado; o sufrágio universal; a ampla participação directa do povo; a educação igual e gratuita para todos; a igualdade de direitos adquirida pelo trabalho; e a assistência social. Entre 1896 e 1897 a facção «marxista» do PSP irá por sua vez fracturar-se. Com efeito, Ernesto da Silva e Teodoro Ribeiro rompem com Azedo Gneco por sustentarem que o Partido Socialista se devia

integrar na campanha da propaganda republicana. Importará ainda aqui salientar que este partido tinha na época uma escassa implantação num país pouco urbanizado e industrializado. De facto, a sua expressão limitava-se quase só a um pequeno grupo de intelectuais e operários qualificados.

[Agosto]

Fundação da Associação Propagadora da Lei do Registo Civil. Esta agremiação foi, em abono da verdade, relançada nesta altura, uma vez que a Associação Promotora do Registo Civil havia sido já criada em 1876. Integrava socialistas, anarquistas e, sobretudo, republicanos radicais, todos eles de convicções ateias e anticlericais, os quais advogavam, de forma apologética e militante, a prática do registo civil obrigatório e exclusivo para nascimentos, casamentos e óbitos no contexto de uma lógica de separação das Igrejas do Estado. Esta associação propunha-se ainda, em última instância, combater o clericalismo e o fanatismo religioso. Refira-se que Mouzinho da Silveira, quando consignou as bases de um novo Estado liberal, havia instituído, em 1832, o registo civil, embora o não tornasse obrigatório. Mais tarde, o programa republicano retomou e incorporou esta causa e, pouco depois da revolução de 5 de Outubro de 1910, veio a promulgar os decretos que consagraram o registo civil obrigatório.

1896

[Fevereiro]

Fundação do Partido Republicano Nacional. Afirma-se como partido de carácter conservador, que pretende manter a ordem republicana e respeitar a Constituição. Contudo agrupa sectores florianistas/«jacobinistas» e o seu desejo efectivo parecia ser depor o Governo e o Presidente da República, Prudente de Moraes.

- Criação, em São Paulo, do Partido Democrata Socialista. Nos anos seguintes fundam-se novas organizações socialistas moderadas, que terão um carácter efémero e fraca representação eleitoral: o Partido Socialista do Rio Grande do Sul; o Partido Operário Socialista (1898); o Partido Operário Brasileiro (1906); etc.. As doutrinas socialistas e o movimento sindical, introduzidos na década de 70 do século XIX, ganharam sobretudo expressão e difundiram-se pelo país após a proclamação da República, não obstante os governos oligárquicos do regime terem sempre reprimido as suas actividades reivindicativas. Com efeito, apenas a partir do decénio de 90, eclodiram e proliferaram no Brasil importantes movimentos grevistas, os quais, no entanto, não obtiveram melhorias imediatas e definitivas para as classes trabalhadoras.

1896

[3 de Abril]

3.º Acto Adicional à Carta Constitucional de 1826. Estas emendas e alterações surgem numa conjuntura marcada pela ressaca da grande crise económica de 1890-92 e pela ascensão do movimento republicano, o qual havia tentado derrubar a monarquia de forma subversiva em 1891. Perante a instabilidade económica, social e política, cresceu, sobretudo dentro de sectores monárquicos mais conservadores, a tese da implantação de um Governo forte e do reforço do poder pessoal do rei. Esta solução, de matriz antiparlamentarista, intervencionista e até autocrática (inspirada nas teses do Cesarismo germânico), começou a tomar forma neste Acto Adicional, sancionado por D. Carlos, e que compreendia um conjunto de inovações essenciais: suprimiu os pares electivos, passando a Câmara a ser composta por membros vitalícios em número de 90, nomeados pelo rei, além dos pares por direito próprio; conferiu ao poder moderador o direito de dissolver as Câmaras; estabeleceu que os conflitos parlamentares seriam resolvidos por uma comissão mista composta por igual número de membros das duas Câmaras; autorizou os ministros a nomear, dentro dos funcionários superiores da administração do Estado, delegados especiais para tomarem parte, perante as Câmaras

343

legislativas. Esta reforma constitucional conservadora e centralizadora complementou dois outros decretos antidemocráticos: a reforma eleitoral de 1895, a qual restringiu a capacidade eleitoral (a 2/3 do que era antes) e alargou os círculos eleitorais de forma a inviabilizar a representação das minorias oposicionistas, mormente, do Partido Republicano e, também, das forças políticas católicas; e a criação do Juízo de Instrução Criminal, que reconheceu ao seu juiz responsável o poder de expedir mandatos de detenção sem culpa formada.

#### 1897

Cisão no seio da maior organização partidária do Congresso, o Partido Republicano Federal. O acontecimento despona no contexto da substituição provisória de Prudente de Moraes (por motivos de saúde) pelo vice-presidente Manoel Vitorino, o qual, entretanto, irá procurar coagir o presidente eleito a renunciar. O cisma resulta, em primeira análise, do PRF ser um aglomerado híbrido de tendências politico-ideológicas, a saber: «radicais» ou «florianistas», que rejeitam Prudente de Moraes; «reaccionários», constituídos por antigos revolucionários e antiflorianistas; e moderados, que oscilam entre os dois extremos. As constantes contendas culminaram numa divisão definitiva em duas alas:

#### 1896-97

Ressurgimento da Carbonária. Importa esclarecer que a primeira Carbonária portuguesa terá surgido aquando da revolução liberal (1820). Todavia, depois de uma vida acidentada e intermitente, ter-se-á dissolvido. Entretanto, no proémio dos anos 90, nasceu em Coimbra a Carbonária Lusitana. Pela mesma altura, apareciam em Lisboa dois núcleos secretos independentes do grupo anterior: um de origem anarco-republicano (Carbonária Lusitana, ou «Carbonária dos Anarquistas»), e outro de base maçónico-académica (Carbonária Portuguesa). A fusão de estes últimos agrupamentos terá originado o ressurgimento da Carbonária Portuguesa. Esta tomou um carácter social in-

uma maioritária, apelidada de concentração pró-Prudente e com maioria no Congresso; e outra minoritária, afecta a Francisco Glicério (líder do PRF), chamada de «Republicana» e que continuará a dirigir os destinos do Partido e irá opor-se ao Presidente da República Prudente de Moraes e ao seu Governo.

#### [5 de Novembro]

Tentativa frustrada de assassinar o Presidente da República Prudente de Moraes. O golpe terá sido planeado pelas oposições ao Governo e ao Presidente da República, constituídas pelas alas paulistas, lideradas por Francisco Glicério, pelos republicanos históricos, chefiados por Quintino Bocaiúva, e por militares exaltados, florianistas e positivistas, do Rio Grande do Sul. Na sequência do acto o Ministro da Guerra, marechal Bittencourt, morre depois de ter sido esfaqueado. O Congresso sanciona de imediato a declaração de estado de sítio para, deste modo, combater – por meio de um inquérito policial – «a conspiração contra a estabilidade do Governo da República». Entretanto, o até então polémico presidente capitaliza apoio popular, derrota a corrente radical do exército e o seu suporte civil, e converte-se momentaneamente num ídolo, acabando, no ano seguinte, por terminar o seu mandato de forma triunfante.

terclassista e empenhou-se na organização da revolução. Com efeito, a Carbonária integrou empregados de escritório, jornalistas, militares das baixas e médias patentes, operários e estudantes que se reuniam em actos cerimoniais «rocambolescos» e marcados por um certo ultra-romantismo (cujo modelo foi inspirado nos núcleos carbonários criados em Itália, por Mazzini e Garibaldi). No plano do ideário político, interessa salientar que a associação secreta aqui retratada (que teve como chefe principal Artur Luz de Almeida) possuía uma matriz republicana anticlerical, encontrava-se em estreita ligação com a Maçonaria e estava decididamente empenhada em fazer uma revolução imediata em ordem a depor a monarquia. Por isso, secundou a intentona de 28 de Janeiro de 1908 e desempenhou um papel fundamental no 5 de Outubro de 1910. Após a proclamação da República e, sobretudo, depois das incursões monárquicas, a Carbonária perderá a sua mística, acabando por esmorecer e desaparecer.

**[15 de Novembro]**

O paulista Manoel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), que havia vencido as eleições presidenciais de Março desse ano, tornou-se no quarto Presidente da República do Brasil. A sua postura contemporizadora e de independente, o prestígio de republicano histórico e as qualidades administrativas evidenciadas no Governo Provisório, assim como na direcção do Governo do Estado de São Paulo, determinaram a proposta da sua candidatura. Confrontado com a deficiente situação financeira, com um ambiente de anarquia e consecutivas lutas partidárias, define um rumo político para o país, o qual assenta na seguinte premissa: o executivo é quem regula o interesse público; os outros poderes limitam-se a auxiliá-lo, pois o governo não é uma soma de vontades, mas a vontade soberana do presidente. Com estes princípios, Campos Salles reafirma a necessidade da imposição de uma república federativa e presidencial, sobre uma república unitária e parlamentar.

Para cumprir tal desiderato, Campos Salles idealizou e implementou um verdadeiro pacto oligárquico, depois designado de «política dos Estados» ou «política dos governadores». Tal sistema, assentava afinal numa lógica aristocrática e antidemocrática de que à minoria deliberativa no plano

Fundação, na cidade do Porto, do primeiro Círculo Católico Operário. Este organismo (e outros similares, que emergiram até 1906, sobretudo no noroeste do país) foi inspirado pelas encíclicas papais de Leão XIII, que condenavam as doutrinas liberais e socialistas e propunham uma nova orientação, de matriz corporativista, para superar a «questão social». O objectivo da Igreja e dos militantes católicos seria subtrair os operários do utopismo socialista através de acções de doutrinação e propaganda, de caridade, bem como de reivindicações protagonizadas por estes círculos em prol de uma mais justa situação laboral dos operários (melhores salários, higiene no trabalho, segurança na doença e na velhice, etc.).

federal deveria corresponder uma minoria deliberativa nos Estados. Este pragmático entendimento caracterizou-se então pela seguinte praxis política: o presidente da República obtém um apoio total à sua política, fazendo acordos com os governadores dos Estados que por sua vez controlavam todos os representantes: deputados e senadores. Em compensação, compromete-se a não apoiar as dissidências locais, que sejam susceptíveis de ameaçar os poderes instalados; por sua vez, os grupos no poder nos diferentes Estados apoiam o candidato «oficial» indicado pelo presidente da República. Deste modo, os governadores dos Estados passavam a actuar como instância intermediária e moderadora entre o poder local dos grupos oligárquicos, que o amparavam, e o poder central corporizado no Presidente da República. Esta política de conciliação, imposta durante a Primeira República, garantiu, portanto, acordos tácitos incondicionais entre o Presidente da República e os governadores dos Estados. Todavia, excluiu as minorias, extinguiu o debate ideológico e potenciou a corrupção, porque fortaleceu a permanência das oligarquias estaduais e locais vigentes no poder (o coronelismo afirmou-se e converteu-se mesmo na base deste sistema político: os «coronéis» eram os fazendeiros ou comerciantes mais ricos dos municípios e, simultaneamente, os notáveis políticos ou «caciques» locais e regionais, os quais



influenciavam os processos eleitorais, se necessário fosse, até através do recurso à violência). Esta política significou, também, uma distorção do federalismo, ao dividir o Brasil em Estados de primeira classe (que escolhiam Presidentes da República – São Paulo e Minas Gerais), de segunda (que designavam vice-presidentes e ministros), de terceira (que forneciam autoridades menos importantes) e até de quarta classe (que não davam quaisquer autoridades), e contribuiu ainda para que os governos se afastassem cada vez mais do povo e do ideal de uma república demoliberal. A fórmula política atrás exposta foi depois denunciada com o sarcástico epíteto de «café com leite» porque forjou, afinal, uma hegemonia bicéfala de São Paulo – que, no início do século XX, representava metade da produção mundial de café – e Minas Gerais – por ser então o segundo Estado cafeeiro e, sobretudo, uma grande região de criação de gado e produtora de leite.

1899

Desencadeamento de violentas hostilidades no Estado de Mato Grosso, entre as duas famílias de maior prestígio político e económico local: Murtinhos e Ponces. Os dois grupos, outrora aliados, desentendem-se aquando da sucessão do governador António Corrêa da Costa, que se havia demitido por atritos com o

general Ponces. Efectua-se nova eleição onde as duas partes apadrinham candidatos que se consideram vencedores. Durante cinco dias ocorrem sangrentas confrontações perante a indiferença do general Câmara, mandatário do Presidente da República Campos Salles para resolver o problema. Este acabará por se limitar a testemunhar o convénio entre as partes, o qual declara a derrota momentânea do general Ponces e do seu candidato. Acontecimentos análogos a este, onde as oligarquias estaduais se confrontam em ordem a controlar o poder, eclodiram noutros Estados do Brasil durante a Primeira República, não obstante terem sido atenuados após a aplicação da «política dos Governadores» por Campos Salles. A sua multiplicação demonstra o vigor do fenómeno sociológico do coronelismo, herdado do Império, e que durante a República Velha terá atingido o seu auge.

1900

[Fevereiro]

Conspiração, no Rio de Janeiro, que envolveu monárquicos e republicanos desencantados, protagonizada por militares do Exército e da Marinha e alguns civis. Decorre no contexto de um forte descontentamento popular contra o Governo, motivado pelo agravamento da crise económica. A revolta, logo abortada, tinha em vista a prisão do PR e do Ministro da

1900

O PRP elegeu, nas eleições legislativas, três deputados para o Parlamento, todos pela cidade do Porto: Afonso Costa, Francisco Xavier Esteves e Paulo José Falcão. Contudo, importa esclarecer que se tratou de um êxito conjuntural, que decorreu do descontentamento demonstrado pelos eleitores do Porto com a forma como o governo combateu, em 1899,

Guerra, a formação de um triunvirato constituído por militares, monárquicos e republicanos, assim como o restabelecimento das províncias estaduais, cujos presidentes seriam nomeados pela Junta Provisória.

a epidemia de peste bubónica que se propagou pela cidade. Os referidos deputados, e especialmente Afonso Costa (1871-1937), bater-se-ão na Câmara dos Deputados de forma destemida pelos interesses e ideais do movimento republicano. Tal procedimento provocará a inquietação de muitos deputados e membros dos partidos e das instituições monárquicas, os quais tudo farão nas eleições seguintes para esbulhar o poder eleitoral do PRP.

- Fundação da Junta Liberal com o objectivo de combater o clericalismo militante e propagandear os ideais republicanos demoliberais. Esta associação irá renascer em 1909, liderada pelo médico e cientista republicano de formação positivista, Miguel Bombarda (assassinado por um doente mental nas vésperas do 5 de Outubro de 1910). Integrava ainda personalidades como Cândido dos Reis, Egas Moniz, José de Castro, António Aurélio da Costa Ferreira, António Macieira, Avelino Lopes Cardoso, Artur Marinha de Campos e José Pinheiro de Melo. Na quaresma de 1910, a Junta Liberal e a Junta Federal do Livre Pensamento promoveram uma «quaresma anticlerical», a qual culminou numa série de conferências onde participaram alguns intelectuais republicanos e anticlericais: entre outros, Teófilo Braga, Manuel de Arriaga e Miguel Bombarda.

[16 de Setembro]

Início da publicação do jornal *O Mundo*. Este periódico, dirigido por França Borges, irá depois converter-se na grande tribuna da ala «democrática» do Partido Republicano (afecta a Afonso Costa e a Bernardino Machado). Adoptando um estilo frontal, claro e vivo, foi demolidor na oposição implacável ao Trono e ao Altar.

1901

[Março]

Publicação em São Paulo, do primeiro número do jornal *A Lanterna*, que teve como director o jurista franco-maçónico e anarquista Benjamim Motta. O referido periódico, que chegou a atingir os 26 mil exemplares, terá representado o veículo impresso mais consistente do anticlericalismo de matriz anarquista. Num estilo frontal, irreverente, popular, mas, também, maniqueísta, privilegiou sobretudo duas temáticas: o combate contra a Igreja enquanto produto do «obscurantismo medieval», que atraiçooou os princípios do cristianismo primitivo ao colocar-se ao lado dos tiranos e opressores; e a denúncia da violação das normas sexuais de continência por parte do clero.

1901

[17 de Fevereiro]

Ocorreu, no Porto, o chamado «escândalo Calmon». Foi o nome por que ficou conhecido o caso da tentativa frustrada de fuga de uma filha do cônsul do Brasil no Porto – chamada Rosa Calmon – para professar, contra a vontade dos pais, numa ordem religiosa. Este acontecimento agitou a opinião pública. Os sectores anticlericais, nomeadamente os jornais republicanos, aproveitaram o facto para retomar uma campanha nacional contra as actividades do clero em geral e dos Jesuítas em particular. Perante isso, o governo regenerador de Hintze Ribeiro (1849-1907) foi impelido a promulgar leis em ordem a disciplinar e regulamentar a existência de casas religiosas no país. Contudo, o seu decreto de aparência anticongregacionista acabava por contrariar habilmente a legislação de 1834, ao

legalizar a existência das ordens religiosas consagradas ao ensino e à beneficência. Tal medida, expelida por um regime acusado por republicanos, socialistas e anarquistas de favorecer a Igreja, longe de atenuar a questão religiosa, relançou-a e agravou-a. A propósito da crise religiosa de 1901, Vítor Neto sustenta que os sectores anticlericais ligavam a «questão religiosa» à questão do próprio regime. Por isso, para estes militantes laicos, o combate contra o clericalismo e o jesuitismo era inseparável da contestação à monarquia constitucional.

[11 de Abril]

Nasceu, em Coimbra, o Centro Nacional Académico, designado em 1903 por Centro Académico da Democracia Cristã (CADC). Este organismo laico e juvenil, de reflexão e propaganda – que obedecia à trilogia metodológica «piedade, estudo e acção» –, foi no início criado por um grupo restrito de estudantes católicos de Teologia e de Direito em ordem a combater de forma unida e organizada a «sectária» acção das lojas maçónicas contra a religião e as congregações religiosas. De acordo com Alberto Dinis da Fonseca, o seu supremo desiderato seria, afinal, recristianizar o ambiente universitário e, através dele, lançar no país «entre o povo da cidade e dos campos, a semente da regeneração religiosa, moral, política e económica da sociedade portuguesa».

Por volta de 1913, os estudantes católicos do CADC já dominavam a academia de Coimbra. Os «ceadecistas» distinguiram-se, portanto, pela sua resistência e combate cultural contra o socialismo e o republicanismo demoliberal e pela defesa da liberdade integral da Igreja. Por isso, desempenharam de facto um papel fundamental no movimento de reorganização, recristianização e renascimento católico que brotou sobretudo no contexto da 1.<sup>a</sup> República. Convém aqui mencionar outras organizações que procuraram unir e reorganizar a Igreja, combater os avanços das ideias seculares e anticatólicas, promover o renascimento religioso, e visaram também – em sintonia com as directrizes do Vaticano, consubstanciadas na encíclica *Rerum Novarum*, emitida, em 1891, por Leão XIII – responder à «questão social» emergente na sequência da estruturação da economia industrial capitalista da segunda metade de Oitocentos: União Católica Portuguesa (1882); Círculos Católicos de Operários (1898); Centro Nacional (1901); Partido Nacionalista (1903); Liga da «Boa-Imprensa» (1905); Centros Académicos da Democracia Cristã de Lisboa e do Porto (1909); Congressos das Agremiações Católicas Populares de Portugal (1906-1910); Federação das Juventudes Católicas Portuguesas (1913); Noelistas (1913); União Popular Católica (1913); Centro Católico Português (1917); Centro Académico

Feminino Católico (1923); *Scouts* Católicos Portugueses (1923); Juventude Católica Feminina (1924).

[6 de Julho]

Fundação do Centro Católico. Este organismo protopartidário formou-se como reacção da Igreja e dos católicos militantes às campanhas anticongregacionistas, sobretudo protagonizadas por republicanos e socialistas, os quais pugnavam por uma secularização total da sociedade. A comissão directiva desta organização seria constituída por Jacinto Cândido, Gonçalo Xavier de Almeida Garrett e pelo Conde de Bertandos. O Centro beneficiou depois do apoio explícito dos dois patriarcas que se sucederam em Lisboa durante o período da sua existência; contou com a adesão e a militância de muitos padres e eclesiásticos, assim como integrou a maioria das personalidades leigas (intelectuais e, sobretudo, grandes proprietários fundiários) ligadas ao movimento católico. Do seu programa destacamos as seguintes ideias: a luta pelos direitos e liberdades da Igreja (sistematizada na divisa «Religião e Pátria»); o apelo à união das forças conservadoras de todo o país e à convergência das forças católicas (legitimistas e constitucionalistas); a preocupação com a «questão social» e com o problema colonial; a defesa de uma agricultura pré-capitalista; a apologia da descentralização político-administrativa e do controlo do ensino pela Igreja.

Esta associação de católicos viria, em 1903, a dar origem à fundação do Partido Nacionalista.

355

[8 de Agosto]

O Governo regenerador de Hintze Ribeiro promulgou a lei eleitoral de 8 de Agosto, a qual iria reger todas as eleições legislativas até à proclamação da República. O decreto não alterava substancialmente a capacidade eleitoral quando comparado com a anterior lei de 26 de Julho de 1899. Assim, podiam votar todos os cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever e pagassem ao Estado contribuição directa não inferior a 500 réis. As grandes alterações consagravam, sobretudo, a reorganização dos círculos eleitorais. Estes passaram a totalizar, no Continente e Ilhas Adjacentes, 26 maioritariamente plurinominais (por contraposição com os anteriores 129 círculos uninominais e dois plurinominais), correspondendo cada qual a um distrito, à excepção das cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Viseu que foram divididas em dois círculos, sendo que nas duas primeiras os referidos círculos integravam as freguesias urbanas e os municípios rurais contíguos. O propósito de tal medida seria asfixiar os votos urbanos – de possível tendência republicana ou ultraliberal – com os disciplinados votos rurais. Por este facto a oposição franquista cognominou esta lei de «ignóbil porcaria».



- Reforma do ensino primário, promulgada pelo chefe do governo regenerador, Hintze Ribeiro. Decretou o ensino obrigatório e gratuito durante três anos, concluindo-se com o exame do 1.º grau (3.ª classe). O 2.º grau (4.ª classe) ficava destinado a quem desejasse ser admitido no curso liceal. As escolas foram classificadas em centrais e paroquiais. As primeiras eram separadas para os dois sexos; só as segundas podiam ser mistas. O ensino foi centralizado no Ministério do Reino, decretou-se o aumento do ordenado dos docentes e previu-se também o crescimento das construções escolares. Não obstante algumas disposições avançadas para o tempo, mormente quanto às novas tendências da pedagogia, a nova reforma não atingiu os desígnios desejados. Assim, os ordenados destes professores continuaram a situar-se entre os mais baixos da função pública, os serviços de ensino permaneceram demasiado centralizados, o crescimento das infra-estruturas e rede escolares mantiveram-se aquém das necessidades e a taxa de frequência escolar continuou a quantificar percentagens demasiado baixas (isto é, menos de metade das crianças recenseadas).

**[Março/Novembro]**

O paulista e ex-monárquico convertido à república, Rodrigues Alves (1848-1919), proposto por Campos Salles, pelo Partido Republicano Paulista e pela maioria dos Estados brasileiros, com exceção do Rio, Pernambuco e Maranhão, é eleito (com a maioria esmagadora dos votos) Presidente da República. Depois da posse do novo presidente, em 15 de Novembro desse ano, Campos Salles retira-se – entre vaias, mas também aplausos – para São Paulo. O manifesto inaugural do novo presidente – que tinha, para os seus promotores, o carisma de administrador competente – acentua as suas preocupações políticas e administrativas. Assim, prevê a reforma da lei eleitoral, o desenvolvimento moral e material do país e a remodelação urbanística do Rio de Janeiro em ordem a transformar a caótica e insalubre capital federal numa metrópole moderna.

**[Agosto]**

Eclodiu, em São Paulo, uma revolta armada contra o governo federal de Campos Salles, protagonizada por uma aliança pragmática e oportunista entre monárquicos, militares republicanos jacobinos, elementos do novo Partido Dissidente de São Paulo e mesmo elementos situacionistas, como Francisco Glicério. Os revoltosos

anunciam um manifesto de cariz nacionalista, saudosista e regenerador. Contudo, o movimento será sufocado pelo governo paulista.

#### [Junho-Julho]

Realizou-se, em São Paulo, o II Congresso Socialista. Os pouco mais de 50 participantes elegeram uma comissão encarregada de organizar o partido e de executar o programa aprovado. O seu manifesto doutrinal revelou uma junção pouco ortodoxa entre o materialismo histórico marxista e o apelo a um partido democrático interclassista. O objectivo essencial era instaurar, através de uma estratégia reformista e gradativa, uma sociedade igualitária. O seu programa de matriz democrática e de feição moderada – que em muitos pontos reproduz o programa do partido socialista argentino – assentava *grosso modo* no seguinte: várias reivindicações para a classe operária, que deveriam ser alcançadas através da pressão sobre o Estado (oito horas de trabalho, proibição do trabalho de menores de 14 anos, limitação do trabalho das mulheres, lei da greve menos limitativa, maior inspecção do Estado sobre as condições de trabalho nas fábricas, oficinas e fazendas, etc.); lei do divórcio; instrução laica e obrigatória aos menores de 14 anos; voto universal, incluindo o das mulheres; reconhecimento da cidadania brasileira a todos os estrangeiros com um ano de residência no país; esta-

belecimento do imposto proporcional sobre a renda; abolição do imposto alfandegário (como forma de reduzir o preço dos bens de consumo). Estas propostas de uma modernização política de tendência socializante acabaram, contudo, por ter pouco impacto na sociedade brasileira de então.

1903

**[Agosto/Setembro]**

Greve geral dos trabalhadores têxteis do Rio de Janeiro. Este acontecimento foi emblemático na história do movimento operário deste país porque envolveu muitas empresas de um ramo difuso e, por isso, com limitada capacidade organizativa. Originou o primeiro sindicato industrial do Distrito Federal (a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos) e lançou as bases de um sindicalismo mais activo e agressivo no Rio de Janeiro. Não obstante, a greve foi ferozmente reprimida e nenhuma das reivindicações dos operários foi deferida.

- Fundação da Liga Anticlerical de São Paulo. Pretendeu agrupar pessoas de diferentes áreas sociais e políticas, mas que se identificavam como adversárias da Igreja de Roma. Esta associação pugnou pelas seguintes causas: a liberdade de consciência; a negação dos privilégios concedidos

1903

**[Junho]**

Constituição formal do Partido Nacionalista, o qual se afirmará conservador, contra-revolucionário, de tendência eminentemente monárquica e secular (embora nunca se tenha conseguido desvincular do clericalismo), defensor da garantia integral dos direitos e liberdades da Igreja e da implantação de uma «economia social cristã» inspirada na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII. Este partido nasceu no Porto, no contexto da inflamação da «questão religiosa», reaberta a pretexto do «escândalo Calmon», e da consequente ofensiva anticatólica. Derivou da formação dos Centros Nacionais, lançados em 1901, que advogavam o nacionalismo católico. Tal concepção era alicerçada na filosofia neotomista e neoescolástica, radicalmente anti-modernista e que estava em plena concordância com as teses jesuíticas e a Igreja católica romana. O seu programa político, sobretudo da autoria

ao clero e às congregações religiosas; a educação laica; e a descatoalização das mulheres e dos trabalhadores. O anticlericalismo assumia no Brasil – tal como aconteceu na Europa – a forma de um combate contra a velha ordem cultural, política e económica e social, em nome de uma nova ordem edificada sobre o axioma positivista que sustentava a conexão entre a ciência e o progresso.

de Jacinto Cândido, assentou num conjunto de princípios essenciais: descentralização administrativa; divisão e autonomia dos poderes do Estado; moralização (segundo os padrões valorativos cristãos-católicos) da vida pública e governativa, tendo em vista a regeneração da Nação; combate ao «personalismo» e ao «partidarismo»; preocupação com a «questão social»; resolução do problema financeiro; particular inquietação com os problemas colonial e agrícola; conservação das tradições nacionais; harmonização das relações entre a Igreja e o Estado; liberdade de imprensa, de reunião, de expressão e de associação (incluindo a liberdade de reconstituição das congregações religiosas); conservação do princípio religioso na educação. Amaro Carvalho da Silva distinguiu duas fases evolutivas no breve percurso do Partido Nacionalista. A primeira, que decorreu até 1908, foi de afirmação, enquadramento institucional e de procura de identidade. Correspondeu, também, ao seu período áureo (chegou a eleger 6 deputados) e a um tempo em que mobilizou e anesthesiou a pluralidade dos católicos laicos e clericais – nomeadamente, a maioria dos membros do episcopado português que nunca deixaram de determinar a acção política do partido. A segunda fase, foi marcada pelo regicídio e consequente dissolução do franquismo (com quem o

partido havia colaborado), pela agonia das instituições monárquicas, o eclodir de nova agitação anticlerical e a iminência da revolução republicana. Esta última fase correspondeu à decadência do Partido Nacionalista, minado pelo debate político-ideológico no interior dos sectores católicos nacionais (entre os tradicionalistas e ortodoxos, que professavam a unicidade política e religiosa, e os democratas-cristãos e «modernistas», que tendiam a aceitar a pluralidade de opções políticas desde que estas não atacassem a religião), as dissidências, o abandono e o desânimo de uma parte importante dos seus membros. Em 1911 o PN extinguiu-se em definitivo. Mas o nacionalismo católico, nas suas vertentes conservadora, monárquica, orgânica, tradicionalista e clerical, não morrerá.

- Início de uma vaga de fundo grevista, sobretudo orientada pelos movimentos anarquistas e socialistas, que se prolongou, quase sem interrupções, até 1907. Começou em Coimbra, em Março (primeiro, entre as vendedeiras do mercado, alastrando depois a comerciantes e operários), espalhando-se de imediato aos tecelões do Porto, aos chapeleiros de S. João da Madeira, aos metalúrgicos e trabalhadores portuários de Lisboa, etc.. O movimento grevista não deixará de estar activo mesmo depois da eclosão da revolução de

5 de Outubro. Em 1907, atinge os corticeiros, os mineiros de S. Domingos, as fábricas de têxteis do Porto, a construção civil em Matosinhos, várias fábricas da Covilhã e os Armazéns do Chiado. Já em 1910, atingirá as fábricas de fiação de tecidos localizadas nas margens dos rios Vizela e Ave, os operários de diversas fábricas do Barreiro, etc.. Apesar de esta agitação operária não discutir frontalmente o problema do regime, não deixou, como é óbvio, de servir as aspirações políticas republicanas.

1904

[Outubro]

Revolta das massas populares no Rio de Janeiro contra a lei da vacinação e a revacinação obrigatória anti-varíola – «Revolta da Vacina». Tratou-se de um levantamento que emergiu no contexto da execução do plano geral revolucionário de saneamento e reconstrução da cidade do Rio de Janeiro, sustentado pelo Governo de Rodrigues Alves, pelo prefeito da cidade, Pereira Passos e pelo director-geral do Serviço de Saúde Pública, o médico e cientista Oswaldo Cruz. Não parece fácil circunscrever as motivações objectivas que estiveram por de trás desta revolta. Ela opunha-se desde logo aos alegadamente despóticos métodos modernos de profilaxia defendidos

1904

[14 de Julho]

Foi celebrado, pelo governo regenerador, o contrato provisório de renovação do monopólio com a Companhia de Tabacos de Portugal, o qual previa, mediante o pagamento de uma renda anual fixa ao Estado, a exploração exclusiva da importação, fabrico e venda daquele produto pela Companhia já citada. Tal acordo provocou um grande escândalo político (designado por «questão dos tabacos»), pois gerou as suspeitas de que os partidos monárquicos conluídos tinham favorecido a Companhia dos Tabacos (em prejuízo da Companhia dos Fósforos) contra os interesses do Estado, e originou uma cisão no seio do Partido Progressista, que conduziu à formação de um

por higienistas (que supunham a vacinação obrigatória, a vistoria e desinfestação das casas e cortiços), mas também protestava contra a miséria urbana e a exclusão política e social que atingia na época largas camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Parece plausível considerar que a sublevação terá deflagrado em nome da legítima defesa dos direitos dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelos poderes estatais. Por isso, uma vez fracassada a ameaça de um golpe militar, a revolta degenerou depois em amotinções fragmentadas que visaram denunciar e contestar as injustiças dos poderes públicos e privados estabelecidos: os militares, conjugados com os centros operários e a oposição parlamentar, pretenderam derrubar o Governo; o proletariado mal pago contestou o patronato; as classes populares dos «aventurosos e belicosos» combateram as forças policiais; os consumidores protestaram com as companhias dos serviços públicos. O episódio provocou cerca de trinta mortos, milhares de detenções e centenas de desterros. Pelo exposto, importa reter que a Revolta da Vacina terá contribuído – como, de certo modo, sugeriu José Murilo de Carvalho – para a formação de expressões que revelam a busca de cidadania do povo do Brasil e refutam o mito da passividade brasileira perante os momentos críticos da nação.

núcleo de dissidentes, agremiados em torno de José Maria Alpoim (monárquico que, após o 5 de Outubro, veio a engrossar a legião de «cristãos-novos», ou «adesivos» da jovem República). Por sua vez, o partido republicano não deixará de aproveitar mais esta oportunidade para assumir a defesa dos interesses públicos e desacreditar a monarquia e as suas instituições.



Conferência nacional do Partido Socialista Português. Aí foi redigido, sobretudo pelo «marxista» Azedo Gneco, um programa renovado do PSP, o qual, não obstante a sua carga claramente utópica para o tempo, irá ser sancionado nos posteriores congressos socialistas até à proclamação da República. O texto propunha, *grosso modo*, os seguintes objectivos a alcançar, a curto ou a médio prazo: abolição do Estado; autonomia e livre federação dos municípios; substituição do governo por uma «simple administração dos negócios públicos», livremente aceite; sufrágio universal; o princípio da legislação directa do povo, com recurso frequente ao plebiscito; educação igual e gratuita para todos; completa laicização do Estado e da escola; igualdade de direitos adquirida pelo trabalho; assistência a crianças, doentes e inválidos; organização social e colectiva da produção e dos mercados; organização comunista de todos os serviços sociais, com salvaguarda da iniciativa e trabalho individuais; nacionalização de bancos, caminhos-de-ferro, águas, iluminação pública, minas, etc..

1906

[27 de Fevereiro]

Convénio de Taubaté, onde os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais decidiram adoptar uma política de protecção e valorização da monocultura do café, que dominava a política financeira deste período. Tal política, que contou com o apoio do governo federal e de financiamentos estrangeiros, consistia na compra, pelos governos estaduais, na estocagem e, mesmo, na destruição da mercadoria, com o objectivo de evitar a superprodução e assim preservar ou recuperar o preço internacional do produto. Este acordo, que será a longo prazo desastroso, demonstra mais uma vez a influência que nesta época a aristocracia cafezeira dispunha junto do poder político republicano. Na verdade esta elite era a cúpula do regime uma vez que a maioria dos seus governadores, deputados, senadores e presidentes da república estavam ligados a este sector.

- Fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), por iniciativa dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Este evento foi um dos mais importantes marcos no processo de mobilização do operariado brasileiro. Até à década de 20, o movimento operário será sobretudo ideologicamente influenciado pelas doutrinas

1906

[1 de Janeiro]

Nascimento do jornal *A Luta*, dirigido pelo médico militar republicano Brito Camacho (que fundou em 1911 a União Republicana). Este periódico, mais tarde identificado como órgão oficial do Partido Unionista, não obstante os desaguisados pontuais que teve com *O Mundo*, complementou-o na acção de informar e doutrinar as massas republicanas.

[Julho]

Importante congresso do Partido Republicano, realizado no Porto, onde foi eleito um novo directório composto pelos seguintes elementos: António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Afonso Costa e Celestino de Almeida.

[19 de Agosto]

Realizaram-se eleições legislativas. O Partido Republicano conseguiu eleger 4 deputados, todos eles pelos círculos eleitorais de Lisboa: Afonso Costa, Alexandre Braga, António José de Almeida e João de Meneses.

anarquistas e anarco-sindicalistas inspiradas em Proudhon, Bakunine e Kropotkin. A substituição do anarquismo pelo socialismo ocorre principalmente depois da emergência do difuso movimento grevista de 1917-18, iniciado em São Paulo e no Rio de Janeiro, e da revolução bolchevique na Rússia (1917).

#### [Maio/Julho]

Greve dos trabalhadores da Companhia Paulista. Tratou-se da principal greve ferroviária do Estado de São Paulo em toda a história da Primeira República (atingiu, entre outras, as cidades de Jundiaí, Campinas e Rio Claro). Foi motivada pela modernização da empresa – ocorrida na sequência da introdução de novas máquinas – que afectou o nível de emprego e o salário dos operários. A administração e o Estado recusaram anuir às reivindicações de quase 4 mil trabalhadores que paralisaram uma empresa que era fundamental para os interesses da cafeicultura. Iniciou-se então a repressão policial. A Federação Operária reagiu e convocou uma greve geral que foi correspondida sobretudo por gráficos, sapateiros, chapeleiros, peleiros e trabalhadores da indústria mecânica. Os ferroviários contaram também com o apoio e a solidariedade de comerciantes, da classe média do interior e dos estudantes de Direito, que consideraram as suas reclamações procedentes.

Apesar desta cooperação, a greve dos trabalhadores da Companhia Paulista terminará com a demissão dos principais dirigentes grevistas e sem que nenhum dos objectivos da paralisação fosse alcançado.

### [25 de Novembro]

Após uma longa e aguda polémica em torno da escolha dos nomes dos candidatos presidenciais – como porventura não houvera nas sucessões anteriores – o mineiro Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909), depois de ter sido proposto pelo Partido Republicano Mineiro, é eleito PR. O presidente que entretanto cessa funções, Rodrigues Alves, regressa com obra feita a São Paulo, onde é aplaudido pela multidão. Executou importantes obras públicas em vários Estados do Brasil, remodelou, do ponto de vista urbano, a capital e consolidou a situação financeira do país. Por sua vez, o novo presidente, no seu manifesto inaugural, defendeu a estabilidade da moeda, a criação da Caixa de Conversão e a garantia de empréstimos para a valorização do café. Sustentou, também, que o Governo e o Congresso deveriam conservar-se dentro dos princípios definidos pela Constituição. Neste sentido, «nem o Poder Executivo deve procurar legislar, nem o Congresso governar».

## [Janeiro]

Decreto 1 637, de 5 de Janeiro, que definia a orgânica dos sindicatos e das cooperativas. Esta legislação criava uma série de restrições práticas ao enquadramento das sociedades operárias existentes, determinando, por exemplo, que apenas os brasileiros ou estrangeiros com mais de cinco anos de residência no Brasil pudessem fazer parte das suas direcções.

- O movimento anarquista brasileiro, que a partir de 1906 passou a liderar o I Congresso Operário, funda a Federação Operária, que congregava vários sindicatos. O movimento anarco-sindicalista foi no Brasil sobretudo marcado pela chegada dos emigrantes italianos, portugueses e espanhóis. Tratou-se, em geral, de um movimento radical que professou uma política capaz de substituir o Estado por federações de comunas ou cooperativas de trabalhadores. A sua acção saldou-se pela organização de comícios, greves, festivais operários, escolas e jornais. Não obstante a sua limitada eficácia revolucionária, os anarquistas causaram temor entre a burguesia industrial, a ponto de inspirarem, depois da greve geral decretada em São Paulo, em Maio 1907, a promulgação de uma lei, proposta pelo deputado Adolfo Gordo (Decreto n.º 1 641, de 7 de Janeiro

## [Abril]

Greve académica, proclamada pelos estudantes da Universidade de Coimbra e que posteriormente suscitou a adesão dos alunos de outras escolas do ensino superior e secundário do país. O rastilho que provocou esta «questão académica» terá sido a injusta e impiedosa reprovação nas provas de doutoramento do estudante de Direito José Eugénio Dias Ferreira, filho do político José Dias Ferreira. Mas o motivo capital desta ampla e espontânea acção estudantil – que originou mesmo o encerramento oficial da Universidade, decretado pelo Governo de João Franco, e a exclusão de sete alunos, depois indultados e readmitidos – teria sido o protesto contra os regulamentos e métodos alegadamente obsoletos e senis de um ensino universitário ainda profundamente marcado por uma herança religiosa e eclesiástica. A mocidade reclamava, afinal, por uma reforma da Universidade em consonância com as novas ideias filosóficas e político-sociais que percorriam a Europa e, em última análise, por uma regeneração moral, intelectual e política da própria Nação. No apogeu deste protesto estudantil, o número de grevistas terá chegado a atingir seis mil em todo o país. O seu grito de protesto será ouvido pelos líderes nacionais do Partido Republicano, os quais não deixaram de se solidarizar

de 1908), que expulsava do país, após um processo sumário que inativava a defesa dos condenados, todos os estrangeiros acusados de «comprometer a segurança nacional e a tranquilidade pública». Entre 1908 e 1921, verificaram-se pelo menos 556 expulsões ao abrigo deste decreto.

### [Maio]

O movimento operário inicia em São Paulo, Ribeirão Preto e Campinas uma greve geral programada em prol da jornada de oito horas. Nela participam operários das fundições, da construção civil, da indústria metalúrgica, da alimentação, gráficos, sapateiros, empregados da limpeza pública e trabalhadores têxteis. Segue-se a repressão policial, o encerramento provisório da Federação Operária e a promulgação da lei antigrevista de Adolfo Gordo. Os resultados do movimento grevista foram, porém, divergentes. Em alguns sectores as reivindicações foram atendidas no todo ou em parte; noutròs a intransigência do patronato foi absoluta.

com a sua causa. Note-se ainda que deste evento resultou a ampliação do descrédito da governação franquista e da própria monarquia. Resultou, também, o aumento da militância republicana entre os estudantes da Universidade de Coimbra e de outras escolas do ensino superior de Lisboa e do Porto.

### [10 de Maio]

João Franco (1855-1929), com o patrocínio e a colaboração (senão mesmo imposição) do rei D. Carlos, inicia pela segunda vez um período de ditadura, depois de decretar a dissolução da Câmara de Deputados, sem designar data para novas eleições. Desde Maio de 1906 que este ex-Regenerador, e depois fundador do Partido Regenerador-Liberal, havia sido escolhido por D. Carlos para governar o país. Propunha-se então, com o auxílio de homens novos, sem experiência governativa, «regressar às normas do verdadeiro sistema representativo» – governar «à Inglesa», como ele próprio afirmara – e, portanto, corrigir os abusos tradicionais do poder. Mas rapidamente as suas promessas éticas, «neo-regeneradoras», demoliberais, legalistas e pacifistas degeneraram numa prática governativa «à Turca» – como sarcasticamente apregoaram então os seus opositores. A partir de Maio de 1907, censurou a imprensa, dissolveu as autarquias que se opunham à sua política e reprimiu, de forma arbitrária e

autoritária, as oposições. A sua política, rotulada, sobretudo pelos republicanos e os progressistas dissidentes, de ditatorial, ambígua e demagógica, pretendeu desacreditar os tradicionais partidos «rotativos» (Regenerador e Progressista) e acabou também – sobretudo devido à «questão dos Adiantamentos à Casa Real» (que pôs em causa a legalidade dos pagamentos das despesas da família régia) – por contribuir para enfraquecer a própria monarquia, levando, inclusive, várias eminentes personalidades monárquicas a converterem-se ao ideal republicano. Por isso se imputou ao franquismo, na sua fase ditatorial e repressiva, a responsabilidade pelo clima moral e social que culminou no regicídio, em Fevereiro de 1908. De resto, o seu ministério acabará por se dissolver três dias depois da consumação deste acto violento.

1908

[28 de Janeiro]

Revolta republicana nascida de um conluio pontual entre conspiradores republicanos, anarquistas e dissidentes monárquicos progressistas afectos a José de Alpoim. O mal organizado movimento subversivo, operado pela Carbonária, que previa o rapto (ou mesmo o assassinato) de João Franco, foi dominado e alguns dos seus chefes principais – António

José de Almeida, Luz de Almeida, João Chagas, França Borges, Afonso Costa e os dissidentes Egas Moniz e Visconde da Ribeira Brava – capturados. Na ressaca do golpe, o governo de João Franco preparou um decreto (assinado por D. Carlos em Vila Viçosa) que legitimava o degredo dos incriminados por crimes políticos para as províncias ultramarinas. Tal acto viria a constituir o atestado de óbito da ditadura franquista e do próprio rei.

- Organização, por iniciativa da Associação do Registo Civil, do I Congresso Nacional do Livre Pensamento. Foram aí proferidas várias conferências, de matriz ideológica laica e anticlerical, em reuniões que ocorreram em colectividades populares. Nelas participaram cerca de 400 delegados que representavam associações liberais, grémios excursionistas, instituições maçónicas, associações de classe, cooperativas, imprensa, corporações de estudo e ensino escolar e centros políticos. Este evento revelou a emergência, contra o Trono e o Altar, de uma «frente maçónica, carbonária e republicana», que congregou sectores mais radicais do Partido Republicano, socialistas (dissidentes de Azedo Gneco) e anarquistas. Como sugere Fernando Catroga, esta frente anticlerical radical constituirá depois, nos anos subsequentes à implantação da República, o principal núcleo de



apoio à política de Afonso Costa de combate implacável contra a reacção católica, mas também contra os republicanos mais críticos em relação aos excessos da política religiosa decretada pelo novo regime.

#### [1 de Fevereiro]

Assassinato do rei D. Carlos e do príncipe real Luís Filipe, no Terreiro do Paço. Tratou-se de um acto acirrado, surgido na sequência de uma conjuntura política absolutamente adversa ao regime monárquico, então já em situação agónica, a saber: a insustentável ditadura, protagonizada por João Franco e sancionada pelo próprio rei D. Carlos, assim como o reforço da legislação repressiva do Governo promulgada na sequência da conspiração de 28 de Janeiro (de 1908). Os regicidas, o caixeiro de comércio, editor e revolucionário militante, Alfredo Luís da Costa, e o professor primário e do ensino secundário, Manuel dos Reis da Silva Buíça, foram mortos de imediato no local pela polícia. Outros atiradores envolvidos na operação conseguiram fugir no meio do caos que entretanto se instalou. A quem deve ser assacada a responsabilidade do regicídio? Muito se tem especulado sobre o assunto, uma vez que o processo criminal instaurado aos depois rotulados de conjurados da Quinta do Ché aos Olivais (onde o plano terá sido arquitectado, na madrugada de 1 de Fevereiro) desapareceu após a pro-

clamação da República. Uma coisa parece certa: não se tratou de um simples «acto de abnegação espontânea» perpetrado por dois anarquistas exaltados e fanáticos, como na altura se procurou fazer crer. O regicídio terá resultado antes de um conluio bem planeado, onde não estarão isentos de culpa determinados sectores da oposição: dissidentes progressistas, afectos a José Maria Alpoim, republicanos e sociedades secretas. Importa, de resto, referir que o acto dos regicidas foi justificado e colheu *a posteriori* o apoio (mais ou menos velado) de republicanos consagrados e de amplos sectores populares mais politizados de Lisboa, identificados com os ideários republicano e socialista, os quais rumaram em homenagem póstuma às suas campas. Os assassinos do rei foram ainda celebrados como «redentores da Pátria» e deste modo transformados em mártires e heróis nacionais, após o 5 de Outubro de 1910.

#### [4 de Fevereiro]

O ministro João Franco, por decisão do novo rei D. Manuel II (tinha então 19 anos) – 1889-1932 – e do Conselho de Estado, cedeu o lugar a um governo de coligação monárquica, presidido pelo vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. O novo governo, liderado por este militar independente, depois sufragado pelas eleições legislativas de 3 de Abril, optou por uma política

de «acalmação», a qual se consubstanciou na libertação de presos políticos, na autorização do regresso dos exilados, no evidente abrandamento da censura e da repressão, assim como na recondução das câmaras municipais e juntas de paróquia dissolvidas pela ditadura de João Franco. Esta espécie de Governo de Salvação Nacional, constituído por regeneradores, progressistas e independentes, acabou por cair, no Natal de 1908, depois do Partido Regenerador lhe retirar a confiança. Foi, então, reintroduzido o rotativismo partidário, num clima de crise e sucessivos escândalos políticos, que desacreditava a monarquia e profetizava a sua irreversível ruína.

**[5 de Abril]**

Nas penúltimas eleições legislativas do regime monárquico, o PRP elegeu sete deputados. Assim, além dos quatro nomes eleitos na legislatura de 1906, tomaram ainda posse no Parlamento Estevão de Vasconcelos, José Maria de Moura Barata Feio Terenas e Manuel de Brito Camacho.

**[25 de Abril]**

Congresso extraordinário do Partido Republicano, realizado em Coimbra. Nesta assembleia confrontaram-se duas estratégias políticas divergentes no combate contra o regime monárquico, a saber: a revolucionária, que exigia a queda do regime vigente por meio de um pronunciamento armado;

e a evolucionista, que sustentava o derrube da monarquia pela via do sufrágio. No rescaldo do polémico debate, o Directório, então contestado pelos mais radicais, aprovou uma moção oficial moderada e legalista, a qual apenas legitimava a acção dos seus membros que estivesse em sintonia com as leis vigentes.

#### [1 de Novembro]

Realização de eleições municipais que permitiram aos republicanos ganhar, de forma esmagadora, a Câmara de Lisboa e ainda outros municípios nas zonas do vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve.

1909

#### [14 de Junho]

Morte do Presidente da República Afonso Pena, motivada pela idade avançada, mas também por um «traumatismo moral» decorrente da forma como se processou a questão da sua sucessão presidencial. O candidato proposto por ele – David Campista, então seu ministro das finanças – não obtém apoios suficientes. Ciente deste facto, o próprio David Campista desiste. Na mesma altura, outra candidatura é apresentada com o apoio dos militares: a do ministro da guerra, marechal Hermes da Fonseca (1851-1923), sobrinho do primeiro presidente brasileiro Deodoro da Fonseca. Este, após um momento de

1909

#### [27 de Fevereiro]

Fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Tratou-se de uma organização feminista de âmbito nacional que foi criada por iniciativa de Bernardino Machado (1851-1944), Magalhães Lima (1850-1928) e António José de Almeida (1866-1929), e presidida pela escritora Ana de Castro Osório (1872-1935). As suas militantes definiram as seguintes prioridades: substituição da Monarquia pela República, protecção, educação e instrução da mulher e da criança, independência económica da mulher e conquista dos seus direitos civis e políticos. Esta associação acabou por fracturar-se em 1912 e extinguir-se

indecisão, aceita esse combate político e entrega a carta de demissão de ministro da guerra ao PR Afonso Pena.

- Nilo Peçanha assume interinamente a presidência e remodela o Governo com partidários de Hermes da Fonseca. A sua curta governação (1 ano e 5 meses) será marcada por diversas sublevações e agitações resultantes dos confrontos entre as oligarquias locais nos Estados da Bahia, Goiás, Amazonas e Rio de Janeiro. Foi também durante o seu governo que, perante um processo acelerado de dizimação das tribos indígenas, se criou o Serviço de Protecção aos Índios (SPI).

#### [19 de Agosto]

Um vasto grupo de chefes políticos reuniu-se numa convenção no Rio de Janeiro para manifestar o seu apoio formal à candidatura presidencial de Rui Barbosa. O objectivo era apresentar um candidato civil, que advogasse uma «República civilista», por oposição ao candidato militar e à presumível manutenção de um regime republicano oligárquico e militarista sustentado por Hermes da Fonseca. O programa eleitoral de Rui Barbosa era manifestamente reformista: dele ressaltam a revisão da Constituição, do Código Civil, do problema do culto, da questão financeira e do sistema eleitoral. Importa salientar que a «campanha

no final de 1918, minada por divergências insanáveis entre Ana de Castro Osório e Maria Veleda, relacionadas sobretudo com as questões da tolerância religiosa e do sufrágio feminino. A primeira, advogava que a Liga devia respeitar e não discutir as opções religiosas das suas sócias e reivindicar o voto restrito das mulheres, atendendo ao predomínio do analfabetismo e da influência clerical que minava a sociedade portuguesa. A segunda, porventura inspirada pela corrente livre-pensadora, sustentava que a mulher devia ser resgatada da influência clerical. Maria Veleda – que chegou a assumir-se como anti-sufragista, pois não acreditava que essa conquista melhorasse as condições económicas das mulheres – defendeu também que, a exigir-se o voto feminino, este devia ser integral e não discriminatório.

#### [23 a 25 de Abril]

Congresso do Partido Republicano Português, realizado em Setúbal. Nesta assembleia, onde esteve representada, pela primeira vez, uma organização feminina – a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909) –, foi eleito, com o apoio da Carbonária, um novo Directório, de características mais radicais, composto pelos seguintes elementos: Teófilo Braga (1843-1924), Basílio Teles (1856-1923), José Relvas (1858-1929), José Cupertino Ribeiro (1848-?) e Eusébio Leão (1864-1926). Aí tam-

civilista» nacional, protagonizada por Rui Barbosa e uma certa linha de republicanos históricos remanescentes, procurou esclarecer e envolver amplos sectores populares que até então estavam excluídos do processo político.

bém se definiu uma estratégia de combate sem tréguas à monarquia, consubstanciada na seguinte expressão de Machado Santos: «auxiliar ou fazer a revolução». Para cumprir esse desiderato radical, o qual assentava num plano operativo de acção directa, o partido afastou os chefes da ala legalista e constituiu dois comités revolucionários: um civil, dirigido, por indicação da Alta Venda da Carbonária, por António José de Almeida, Afonso Costa e João Chagas; e outro militar, presidido pelo vice-almirante reformado Carlos Cândido dos Reis (1852-1910). Este último comité tinha como missão central preparar um plano militar de insurreição revolucionária que deveria ser executado com o apoio da Carbonária.

#### [2 de Agosto]

Grande comício anticlerical (que desfilou entre o largo de Camões e São Bento, em Lisboa), organizado pela Junta Liberal (fundada em 1901, no rescaldo do «Caso Calmon») e a Associação do Registo Civil. Esta iniciativa foi ainda apoiada pelo Grande Oriente Lusitano Unido, pela Carbonária e por outros grupos de republicanos e socialistas. Nele terão participado, segundo algumas fontes, cerca de cem mil pessoas, facto que demonstra bem a expressão que o anticlericalismo tinha entre a população de Lisboa. Desta manifestação saiu um documento onde ressaltam as seguintes reivindicações: registo

As eleições presidenciais ocorrem, em Março, num clima de grande tensão, com ambos os candidatos – Rui Barbosa e Hermes da Fonseca – a proclamarem-se vencedores. Após longos debates, em Julho o Congresso reconhece a vitória do gaúcho Hermes da Fonseca (que havia beneficiado do apoio das oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco), o qual toma oficialmente posse em Novembro. O seu governo será marcado por diversas rebeliões: Revolta da Marinha (ou da Chibata) (1910), Questão do Contestado (1912-16) e Sedição de Juazeiro (1911).

**[1 a 6 de Outubro]**

Chegada a Lisboa, para uma visita oficial, do presidente eleito da

civil obrigatório; abolição do juramento religioso nos actos civis; promulgação da lei do divórcio; secularização dos cemitérios; oposição ao decreto-lei de 18 de Abril de 1901, que legalizou as ordens religiosas; restabelecimento integral das leis do marquês de Pombal, de Joaquim António de Aguiar, de José da Silva Carvalho e Anselmo Braancamp que expulsaram os Jesuítas e as Irmãs de Caridade, proibiram a profissão de frade e dissolveram as ordens religiosas.

**1910**

**[29 e 30 de Abril]**

Congresso do Partido Republicano, realizado no Porto. Será dominado pelo receio da Inglaterra poder vir a não aceitar a implantação da República no país. Por isso, foi eleita uma comissão para sondar as potências europeias sobre esta questão.

**[28 de Agosto]**

Eleições para o Parlamento, onde o Partido Republicano obteve catorze deputados, conseguindo mesmo a maioria por Lisboa. Eis a lista dos deputados republicanos eleitos: 10 por Lisboa (Afonso Costa, Alexandre Braga, Alfredo de Magalhães, António José de Almeida, António Luís Gomes, Bernardino Machado, Cândido dos Reis, João de Meneses, Miguel Bombarda e Teófilo Braga); 3 por Setúbal (António Aurélio da Costa

República brasileira, o marechal Hermes da Fonseca. Foi saudado, de forma entusiástica, por um grande número de republicanos que pretendiam desse modo homenagear a República brasileira. A sua visita ficará indelevelmente associada à queda da monarquia em Portugal, uma vez que ele foi testemunha histórica dos acontecimentos revolucionários que se seguiram. Por isso, foi também o Brasil o primeiro país a reconhecer a nova República de Portugal, em 22 de Outubro.

Ferreira, Estevão de Vasconcelos e Feio Terenas); e 1 por Beja (Brito Camacho). Estes resultados, apesar de expressivos – constituíram a maior representação de sempre do partido –, não deixaram de demonstrar que o poder da mobilização republicana obtido em Lisboa e no Sul não era extensivo ao resto do país. Por isso, muitos militantes mais radicais e pragmáticos advogavam não ser possível derrubar a monarquia pela via eleitoral, optando então pela tese da revolução armada, a qual, de resto, se encontrava já a ser delineada.

#### [4 e 5 de Outubro]

Golpe militar e popular republicano que levou à queda definitiva da monarquia. A insurreição foi organizada pela Maçonaria e a Carbonária e contou com o apoio directo do Directório do Partido Republicano. Foi sobretudo protagonizada por sargentos, cabos, soldados e a oficialidade inferior da Marinha e do Exército. Estes, comandados, entre outros, pelo vice-almirante Carlos Cândido dos Reis e pelo comissário naval António Machado Santos, iniciaram o movimento revolucionário cerca da 1 hora do dia 4 de Outubro. Serão posteriormente secundados por algumas centenas de civis armados (sobretudo filiados na Carbonária). Depois de um dramático momento de indecisão quanto ao desfecho do golpe (que, inclusive, originou o suicídio de Cândido dos Reis), um dos núcleos principais de revoltosos,



entrincheirado na Rotunda – beneficiando de maior poder de fogo, do auxílio decisivo da Marinha de Guerra e da infiltração de oficiais e soldados republicanos no seio das forças governamentais –, acabou por resistir, contra-atacar e derrotar as forças leais ao rei. A República foi então solenemente proclamada, às 11 horas da manhã, do dia 5 de Outubro, da varanda do edifício da Câmara Municipal de Lisboa, e anunciada de imediato a constituição do Governo Provisório. Eis o seu elenco: Teófilo Braga (Presidente do Governo Provisório), António José de Almeida (Interior), Afonso Costa (Justiça), Basílio Teles (Fazenda) – que recusou o cargo, sendo por isso substituído por José Relvas –, António Xavier Correia Barreto (Guerra), Amaro de Azevedo Gomes (Marinha), Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros) e António Luís Gomes (Obras Públicas). O novo regime será depois, como profetizou João Chagas (1863-1925), decretado por telégrafo ao resto do país. D. Manuel II e a família real, fugiram na véspera para Mafra e embarcaram depois na Eriçeira com destino a Gibraltar e ao posterior exílio na Inglaterra. Importa esclarecer que esta insurreição não terá sido uma simples revolta de caserna. Pelo contrário – como sustenta Vasco Pulido Valente – tratou-se de um movimento popular, que envolveu alguns milhares de pessoas, militares e civis (muitos deles carbonários), das camadas sociais mais baixas da

cidade de Lisboa. A tese da participação de uma larga «plebe urbana» nesta revolução – que, note-se, não é subscrita por outros historiadores – pode, em certa medida, ser confirmada quando consultamos muitos dos relatórios dos combatentes do 5 de Outubro, ou observamos a proveniência sócio-profissional dos mortos (c. de 72) e feridos (c. de 308) que foram vítimas dos confrontos armados. No rescaldo dos acontecimentos, o republicano histórico Manuel de Arriaga (1840-1917) reconheceu expressamente, através de um compreensível rasgo retórico, que os «humildes» haviam feito o golpe e que só eles garantiam a sua respectiva sobrevivência. Mas, como alerta Amadeu Carvalho Homem (que, note-se, advoga, inequivocamente, a tese que associa o republicanismo a um momento decisivo na construção do conceito de uma cidadania democrática em Portugal), passada aquela hora heróica em que a agremiação republicana pode legitimamente invocar o epíteto solene de «partido do povo», a história da Primeira República (1910-26) encarregar-se-á depois por questionar a identificação efectiva do discurso e da praxis política republicanos com os reais interesses e expectativas das massas populares. De resto, esse terá sido um dos motivos pelo qual a esperança milagrosa e messiânica, que muitos depositaram na República, depois degenerou e diluiu-se num sentimento de desencanto e frustração.



## CONCLUSÃO

Ao terminar esta cronologia, desejamos apenas registrar as seguintes observações sinópticas relativas às histórias dos movimentos republicanos aqui retratados.

No caso do Brasil, desde 1889, têm sido avançadas várias interpretações sobre as origens e o significado da Primeira República. O novo regime, que instituiu a República Federativa (e laica) dos Estados Unidos do Brasil, terá, em primeira análise, resultado de um conjunto articulado de importantes causas e transformações que abalaram a monarquia — mormente, a Questão Religiosa, a Questão Militar, a abolição da escravatura, a decadência das oligarquias tradicionais, o risco do separatismo e o avanço do ideal federalista sustentado pelas novas oligarquias paulistas, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o papel doutrinador do partido republicano, etc.. E, depois, terá a República representado um momento decisivo na afirmação do processo democrático neste país? Talvez. Mas o golpe de 1889 não foi, evidentemente, uma revolução popular e de tendência demoliberal que promoveu uma ruptura imediata e inequívoca com o período Imperial brasileiro. Assim, o sistema político e social oligárquico, ainda que renovado — agora constituído sobretudo pelos fazendeiros de café do Oeste Paulista —, perpetuou-se. Por isso, a grande massa proletária rural e urbana continuou a ser politicamente excluída e a experimentar duras condições laborais. Por outro lado, no plano económico, poder-se-á dizer que se mantiveram até

bastante tarde a orgânica colonial e a dependência do país em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

384

Não obstante, importa também não omitir o seguinte: entre 1889 e o final da década de 20 do século passado — ou seja, durante os primeiros vinte e um anos da Primeira República, esboçados de forma não exaustiva nesta cronologia —, ocorreram, paulatinamente, um conjunto de transformações demográficas, urbanísticas, económico-sociais, político-ideológicas e culturais que moldaram um Brasil renovado e conduziram à revolução (anti-oligárquica) de 1930, que será responsável por um novo período da história deste país — designado pela historiografia por «Era Vargas» (numa alusão declarada ao nome de uma das mais complexas figuras da política brasileira do século XX, Getúlio Vargas, que assumiu, quase continuamente, as funções de presidente da República, entre 1930 e 1954).

Quanto a Portugal, compreendemos desde logo que foi sobretudo depois de 1890 — no contexto das crises económica, financeira (1890-92) e moral que afectaram o país e o seu (oligárquico) regime monárquico constitucional — que o movimento revolucionário republicano, de matriz positivista e laica, nacionalista e regeneradorista, demoliberal e anti-oligárquica, ganhou um novo *élan* que confluuiu e se materializou no pronunciamento militar, popular e urbano de 5 de Outubro de 1910. Mas, após o triunfo da revolução, a esperança messiânica que muitos depositaram na República, enquanto sistema capaz de promover a regeneração democrática e moral do regime liberal monárquico, degenerou e dilui-se num sentimento de desencanto e frustração.

O conturbado e instável período que se seguiu, designado por Primeira República (1910-1926), tem merecido interpretações diferentes (embora complementares) por parte dos historiadores. Por exemplo, Joel Serrão identifica-o como um demoliberalismo em clara oposição à feição cartista-conservadora, vencedora e usufrutuária do liberalismo português; Amadeu Carvalho Homem, especialista do «período revolucionário» de formação do movimento republicano, seguindo uma linha interpretativa análoga, associa-

o a um projecto democrático, racionalista, livre-pensador e interclassista, refractário ao autoritarismo e militarismo. Por seu lado, Vasco Pulido Valente vê no regime republicano um carácter de «ditadura de massas», planeada e dirigida por «notáveis» jacobinos; e Armando Malheiro da Silva sustenta existir uma deriva corporativa, estatista e autoritária no seio do republicanismo, que depois se irá projectar no Estado Novo.

### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Luís Machado de, «O discurso do anticlericalismo português (1850-1926), separata da *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 16, 1999, pp. 129-172.
- ALMEIDA, António da Rocha, *Dicionário de História do Brasil*, Porto Alegre, Editorial Globo, 1969.
- ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, volume III, Porto, Livraria Civilização, 1970.
- AMARO, António Rafael; SEABRA, Jorge; e NUNES, João Paulo Avelãs, *O C.A.D.C. de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo 1905-1934*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal*, volume 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- BAËNA, Miguel Sanches, *Diário de D. Manuel e Estudo sobre o Regicídio*, Lisboa, Edições Alfa, 1990.
- BASBAUM, Leôncio, *História sincera da República de 1889 a 1930*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.
- BATALHA, Cláudio, *O movimento operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- BENNASSAR, Bartolomé, e MARIN, Richard, *História do Brasil, 1500-2000*, Lisboa, Teorema, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique, «Dos governos militares a Prudente-Campos Salles, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1977.
- CARONE, Edgard, *A Primeira República (1889-1930)*, 2.ª edição, São Paulo, 1973.
- CARONE, Edgard, *A República Velha (evolução política)*, 2.ª edição, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de, *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*, 3.ª edição, São Paulo, Editora Schwarcz Ltda, 1991.
- CASTRO, Celso, *A proclamação da República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- CATROGA, Fernando, «O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911), in *Análise Social*, vol. XXIV, 1988.

- CATROGA, Fernando, «O livre-pensamento contra a Igreja. A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2001.
- CATROGA, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e culto Cívico dos Mortos*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.
- CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da, *Da Monarquia à República*, 7.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Editora Unesp, 1998.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Os católicos e a política nos finais do século XIX», in *Análise Social*, vol. XVI, números 61 e 62, 1980 (1.º e 2.º), 259-270.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- CUNHA, Euclides da, *Os Sertões*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 2000.
- Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2 volumes, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- ESTEVES, João, *As origens do sufrágio português*, Lisboa, Bizâncio, 1998.
- FAUSTO, Boris (Dir.), «Tomo III. O Brasil republicano», in *História geral da civilização Brasileira*, 2.º volume, tomo III, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- FAUSTO, Boris, *Trabalho urbano e conflito social*, 3.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Difel, 1983.
- FERREIRA, Olavo Leonel, *História do Brasil*, São Paulo, Ática, 1983.
- História da República*, Lisboa, Editorial Século, s/d.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.), «II. O Brasil Monárquico. 5. Do Império à República», in *História geral da civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Memória sobre as causas do Ultimato inglês», in *Biblos*, vol. LXI, 1985, pp. 453-471.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda republicana, 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Braga, Palimage Editores, 2001.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Uma interpretação do significado da Primeira República Portuguesa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003* (Coord de Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Quarteto, 2003.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, «Liberalismo, democracia e socialismo na História contemporânea de Portugal», in *Portugal-Brasil no século XX - Sociedade, Cultura e Ideologia*, Edusc, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco, *Trajectória política do Brasil, 1500-1964*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- MARQUES, A. H. Oliveira (Coord.), «Portugal da Monarquia para a República», *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*, (6.<sup>a</sup> edição), Editora Alfa-Omega.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e revolução. Uma biografia do Portugal político do século XIX ao XXI*, volume I (1820-1910), Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.), *História da 1.<sup>a</sup> República. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d..
- MARQUES, A. H. Oliveira, *Guia de História da 1.<sup>a</sup> República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

- MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Palas Editores, 1976.
- MEDINA, João (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*, «Monarquia Constitucional» (tomo I e II) e «Primeira República» (tomo I e II), Lisboa, Amigos do Livro, 1985.
- MEDINA, João (Dir.), *História de Portugal*, «A Monarquia Constitucional» (vol. XIII), «República» (vol. XIII), Lisboa, Ediclube, 1993.
- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- NEVES, Margarida de Souza e Alda HEIZER, *A ordem e o progresso*, São Paulo, Atual Editora, 1991.
- OLIVEIRA, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.
- PERES, Damião (Dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Porto-Barcelos, Portucalense, 1935.
- RAMOS, Rui, «A Segunda Fundação», *História de Portugal*, Dirigida por José Mattoso, volume VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REGO, Raúl, *História da República*, 5 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.
- REIS, António (Coord.), *A República ontem e hoje*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- REIS, António (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1990.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coor.), *Portugal-Brasil. Uma visão interdisciplinar do século XX*, Quarteto, Coimbra, 2003.
- RODRIGUES, Simões (Dir.), *História Comparada. Portugal, Europa e o Mundo*, volume II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- RODRIGUES, Simões (Dir.), *História de Portugal em datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Portugal século XX (1890-1976). Pensamento e acção política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.
- SARAIVA, José Hermano (Coord.), *História de Portugal – 1640-Actualidade*, Lisboa, Publicações Alfa, 1983.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. X e XI, Lisboa, Verbo, 1988-90.
- SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.
- SILVA, Amaro Carvalho, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- SILVA, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, Dissertação de Doutoramento policopiada, Braga, Universidade do Minho, 1997.
- SILVA, Armando Malheiro da, «A República e o Reformismo democrático autoritário (1890-1926): uma proposta interpretativa», in *Portugal-Brasil: uma visão interdisciplinar do século XX. Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003* (Coord de Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Quarteto, 2003.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, e António Costa PINTO (Coord.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o autoritarismo e a democracia* Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- VALENTE, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Gradiva, 1999.
- VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.